Israel criou 'zona humanitária' e a atacou

Netanyahu mata 90 refugiados e fere 300 em ataque a Gaza

Marcelo Camargo - ABr

Ipec confirma Quaest: melhora quatro pontos a avaliação do governo Lula

Pesquisa Ipec (Inteligência em Pesquisa e Consultoria) divulgada na quinta-feira (11) segue na mesma direção da Quaest, divulgada um dia antes, e registra crescimento da avaliação positiva do governo Lula. O índice de avaliação positiva, que era de 33% em março deste ano, subiu para 37%. Paralelamente, a avaliação negativa do governo oscilou de 32% para 31%. **Pág. 3**

HORA DO POVO

ANO XXXIV - Nº 3.962 17 a 23 de Julho de 2024

1 REAL BRASIL

Nas bancas toda quarta e sexta-feira

"É estarrecedor", diz Lula, sobre o assassinato de civis palestinos por Israel

Após Israel ter obrigado os palestinos a abandonar o norte da Faixa de Gaza e a se concentrarem em Al-Mawasi – designada pelo próprio governo Netanyahu como "zona humanitária" -, o Exército de ocupação disparou mísseis no sábado (13) contra os refugiados nas tendas. "Eu não conseguia nem dizer onde estava ou o que estava acontecendo. Olhei ao redor, todas as outras tendas estavam derrubadas, partes de corpos, corpos por todo lado, mulheres idosas jogadas no chão, crianças pequenas em pedaços", disse o sobrevivente Sheikh Youssef. **Págs. 3 e 6**

Áudio desmascara Heleno: usou Abin para abafar crimes de Flávio

Fotos: AFP

Thomas Crooks, de 20 anos, foi morto pelo FBI. O ex-presidente norte-americano foi acertado na orelha

No país da intolerância, jovem republicano tenta matar Trump

De acordo com informações do FBI, Thomas Matthew Crooks, de 20 anos, é o atirador na tentativa de assassinato de Donald Trump. O ex-presidente dos Estados Unidos ficou ferido na orelha após ser alvo de um atentado em um comício, no sábado (13), na Pensilvânia. O sistema de votação eleitoral da Pensilvânia informou que Crooks estava registrado como "republicano". Ainda de acordo com a Associated Press, ele teria feito uma doação de US$ 15 a um comitê progressista, que apoia os democratas, em 2021. Este é o 16º atentado direto a presidentes, presidentes eleitos e candidatos a presidente dos EUA, desde 1835. Thomas Crooks foi morto por atiradores de elite posicionados também em cima de um prédio. Os tiros de Thomas deixaram 1 morto e 2 feridos. **Pág. 7**

A Operação Última Milha, da Polícia Federal, que teve o sigilo retirado na quinta-feira (11), jogou por terra a versão apresentada pelo general Heleno, à época chefe do Gabinete de Segurança da Presidência (GSI), à Procuradoria Geral da República (PGR), quando da investigação sobre a reunião da Abin com a participação de Bolsonaro, Ramagem e o general para abafar os crimes cometidos por Flávio Bolsonaro. Áudio desmente o general e mostra toda a trama para afastar os auditores. **Página 3**

Bolsonaro mentiu sobre o roubo das joias, aponta o relatório da PF

A PF indiciou Jair Bolsonaro pelos crimes de peculato/apropriação de bem público, lavagem de dinheiro e associação criminosa. Outros 11 também foram indiciados. A Polícia Federal desmentiu, em relatório, a defesa de Jair Bolsonaro e apontou a participação direta do ex-presidente no desvio e venda, nos EUA, das joias que foram roubadas do acervo público da Presidência. **Pág. 3**

FUP cobra que haja prioridade para a indústria naval brasileira

Dirigentes da Federação Única dos Petroleiros (FUP) cobraram do Ministério das Minas e Energia políticas de incentivo à indústria nacional no setor petrolífero e naval, tanto no segmento de exploração, quanto no setor de abastecimento. **Página 5**

Recessão imposta por Milei destrói 10 mil empresas em seis meses

"Fechar as pequenas e médias empresas é destruir a base do patrimônio nacional para voltar a ser uma colônia estrangeira", afirmou a Associação dos Empresários Nacionais para o Desenvolvimento. **P. 7**

Trabalhadores da Samsung entram em greve na Coreia do Sul

O sindicato de trabalhadores da Samsung Electronics na Coreia do Sul, que representa mais de 30.000 funcionários, anunciou a "greve geral por tempo indeterminado". A empresa se nega a negociar. **P. 7**

Produção recua na maioria das áreas industriais no mês de maio

Na passagem de abril para maio de 2024, a produção industrial caiu em nove dos 15 locais pesquisados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acompanhando a queda da média da indústria nacional no período (-0,9%). O analista do IBGE Bernardo Almeida responsabilizou os juros elevados por atingirem "diretamente a cadeia produtiva". **Pág. 2**

"Lula, Haddad e o déficit zero", por Paulo Kliass

Pág. 8

Produção recua na maioria das regiões em maio, aponta IBGE

Foto: Lacerda/Agência CNI

Produção industrial recuou 0,9% em maio, segundo resultado negativo seguido

"Os juros continuam em um patamar elevado. Isso leva a um encarecimento do crédito, atingindo diretamente a cadeia produtiva pelo lado da oferta, e afeta a renda disponível das famílias, retraindo o consumo", diz o analista do IBGE, Bernardo Almeida

Na passagem de abril para maio de 2024, a produção industrial caiu em nove dos 15 locais pesquisados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acompanhando a queda da média da indústria nacional no período (-0,9%).

"É o segundo resultado negativo seguido da indústria, acumulando perda de 1,7% nesse período. Fatores macroeconômicos vêm impactando na produção industrial. Apesar da melhora do mercado de trabalho, com redução da taxa de desemprego, e do aumento do rendimento médio dos trabalhadores, os juros continuam em um patamar elevado. Isso leva a um encarecimento do crédito, atingindo diretamente a cadeia produtiva pelo lado da oferta, e afeta a renda disponível das famílias, retraindo o consumo. A inflação também influenciou", explica Bernardo Almeida, analista da PIM Regional.

SP: -0,2%

No parque industrial do estado de São Paulo, que é o maior e o mais diversificado do país, o recuo foi de -0,2%, conforme os dados divulgados pelo IBGE, na sexta (12). "Os setores de veículos automotores; e de máquinas, aparelhos e materiais elétricos foram os que mais influenciaram o comportamento da indústria paulista. Esse resultado vem após o avanço de 1,9% no mês anterior e deixa a indústria do estado 1,6% acima do seu patamar pré-pandemia", destaca Bernardo.

Já as quedas mais intensas de produção foram no Rio Grande do Sul (-26,2%) e Espírito Santo (-10,2%). As demais baixas foram registradas no Amazonas (-5,3%), Ceará (-4,5%), Pernambuco (-3,7%), Minas Gerais (-3,3%) e Paraná (-1,7%) e Santa Catarina (-0,5%). Do lado dos resultados positivos do mês ficaram: Pará (12,6%), Bahia (8,2%), Região Nordeste (3,6%), Goiás (1,3%), Mato Grosso (0,6%) e Rio de Janeiro (0,1%).

Ao destacar que em maio a indústria brasileira registrou recuo em 60% de seus parques regionais, o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI) afirma que "a despeito da intensidade do impacto do recente desastre climático, o desempenho industrial do Rio Grande do Sul já vinha fraco há mais tempo. No 1º semestre de 2023 sua produção havia caído -6,1% e no 2º sem/23, -3,6%", observou.

"O resultado de mai/24, porém, transformou uma recuperação de +5,2% no acumulado jan-abr/24 em uma retração de -1,1% em jan-mai/24, comprometendo, assim, a performance da primeira metade do ano", destacou.

Em maio, a produção industrial nacional recuou 0,9% frente a abril de 2024 (-0,8%), mas "diferentemente do mês anterior", ressalta o IEDI, "todos os macrossetores e a maioria dos seus ramos ficaram no vermelho".

Com o segundo resultado negativo consecutivo, a produção da indústria nacional acumula perda de 1,7% no período, o que elimina o ganho de 1,1% obtido no acumulado entre fevereiro e março deste ano.

No quinto mês de 2024, aponta o IEDI, "a indústria de transformação ficou no vermelho (-2,2% ante 0% em abril/24)...". Além disso, segue o instituto, "todos os macrossetores perderam produção. As quedas foram mais intensas justamente para aqueles que vinham puxando o crescimento no início do ano: -5,7% em bens de consumo duráveis e -2,7% em bens de capital, já descontados os efeitos sazonais. Ambos os setores são mais sensíveis às taxas de juros e condições de crédito", ressalta a entidade.

Diante destes resultados, o IEDI avalia que "os sinais promissores, na entrada do ano, de um desempenho mais robusto vai dando lugar a um cenário mais nebuloso, não apenas pelo bloqueio de atividades produtivas devido às chuvas no sul do país, mas também pela interrupção da fase de redução da taxa básica de juros (Selic)" pelo Banco Central (BC).

Silveira sinaliza desistência do governo em recuperar 'espaço legal' na Eletrobrás

Foto: Joedson Alves/Agência Brasil

Ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, afirmou na sexta-feira (12) que o governo está disposto a desistir de recuperar o poder que tem direito na Eletrobrás e fechar um acordo com os controladores da empresa que foi privatizada pelo governo Bolsonaro. Silveira disse que os acordos neste sentido "estão avançando".

"Há sim possibilidade de acordo, já tivemos várias reuniões com a Eletrobrás. Há ainda pendências a serem dirimidas, há uma dedicação muito grande da AGU (Advocacia Geral da União), do ministério", disse Silveira. "E há uma boa vontade do presidente (Lula) em ver a importância de avançarmos, até para sinalizarmos claramente a segurança jurídica e previsibilidade ao investidor, a todo mundo", acrescentou.

O governo iniciou as discussões para uma operação financeira de antecipação de recebíveis da União junto à Eletrobrás. A operação de securitização visa garantir a obtenção de recursos para subsidiar as contas de luz. A medida tomada pelo Ministério de Minas e Energia foi vista como um sinal de que as conversas com a Eletrobrás estariam avançando.

Com a privatização da Eletrobrás, concluída em 2022, a União passou a deter 42% das ações ordinárias da companhia, mas está sujeita ao limite de poder de voto de 10%.

Esta operação foi muito criticada pelo presidente Lula e o governo chegou a entrar no Supremo Tribunal Federal questionando a constitucionalidade da medida. "A privatização da Eletrobrás, as pessoas não gostam que se fale, mas foi um escárnio que se fez nesse país em um setor estratégico como o setor de energia", denunciou o presidente no início deste ano.

Silveira afirmou que o governo está disposto a achar um denominador comum para "corrigir" o fato de a União não possuir nenhum representante no conselho da Eletrobrás.

"A Eletrobrás só me procura para uma coisa: tentar o acordo. Porque vai ser bom para ela, porque o dia que fizer o acordo, naturalmente as ações vão subir, vai ter mais investidor, vai ter mais poder de investimento, o que é bom para o Brasil e para ela", afirmou o ministro.

O Supremo Tribunal Federal (STF) tinha até o início deste mês para julgar, mas o recesso do judiciário suspendeu os prazos, abrindo espaço para que as partes tenham tempo para chegar a um acordo.

Setor de serviços fica estagnado em maio

Queda em três das cinco atividades, com destaque para transportes (-1,6%)

Foto: Lícia Rubinstein/IBGE

O volume de serviços no país ficou estagnado em 0,0% em maio frente a abril (+0,3%), com quedas em três das cinco atividades pesquisadas, segundo informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgadas na sexta-feira (12).

Nos 5 meses de 2024, o setor acumula alta de 2%. Já no acumulado dos últimos 12 meses "mostrou perda de dinamismo ao passar de 1,6% em abril para 1,3% em maio de 2024", diz o IBGE. Em relação a maio de 2023, o setor variou 0,8%.

Em maio, "houve disseminação de taxas negativas tanto em termos setoriais, como em termos regionais", afirmou o gerente da pesquisa, Rodrigo Lobo, ao dar destaque ao setor de transportes (-1,6%), entre os principais resultados negativos.

A queda na atividade de transportes foi "influenciada, principalmente, pela menor receita vinda do transporte aéreo, e, em seguida, do rodoviário coletivo de passageiros", disse o pesquisador.

Resultados de Serviços em maio em relação a abril

· Serviços prestados às famílias (+3%)

· Serviços de informação e comunicação (-1,1%);

· Serviços profissionais administrativos e complementares (+0,5%)

· Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio (-1,6%);

· Outros serviços (-1,6%).

Além do recuo na passagem de abril para maio, o grupo de transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio (-1,6%) marcou resultados negativos em todas as demais bases comparativas: queda de -4,8% frente a maio de 2023; um recuo de -2,4% no acumulado de cinco meses de 2024; e retração de -1,6% do verificado de 12 meses até maio.

Em maio, ainda, 19 das 27 Unidades Federativas (UFs) registraram quedas no volume de serviços na comparação com mês imediatamente anterior, com destaques para Minas Gerais (-2,9%), Santa Catarina (-3,6%), Bahia (-4,1%), Maranhão (-8,7%) e Distrito Federal (-2,1%).

O setor de Serviços, que corresponde a cerca de 70% do PIB brasileiro e o que mais emprega no país, assim, como a Indústria e o Comércio, vem sendo sufocado pelo arrocho monetário imposto pelo Banco Central (BC), através das altas taxas de juros da economia (Selic), hoje em 10,5% ao ano – o que inibe os investimentos e o consumo de bens e serviços no país.

Sobre as duas atividades que registraram resultados positivos, o IBGE destaca a ocorrência do Dia da Mães, que permitiu uma expansão no volume de serviços prestados às famílias de 0,3%, recuperando a perda de 2,7% no mês de abril, além de alguns "eventos de grande magnitude". A outra atividade foi do setor de serviços profissionais, administrativos e complementares, cuja expansão de 0,5% recuperou apenas parcialmente a queda de abril.

Vendas do comércio crescem 1,2% em maio, aponta IBGE

Cinco das oito atividades tiveram taxas positivas. "Aqueles mercados que dependem mais das condições de crédito e juros foram os que pior se saíram", assinala o Iedi

As vendas do comércio varejista cresceram 1,2% na passagem de abril para maio, segundo divulgou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nesta quinta-feira (11).

Houve taxas positivas em cinco das oito atividades: Tecidos, vestuário e calçados (2,0%), Outros artigos de uso pessoal e doméstico (1,6%), Hiper, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (0,7%), Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria (0,2%) e Livros, jornais, revistas e papelaria (0,2%).

Por outro lado, ficaram no vermelho "aqueles mercados que dependem mais das condições de crédito e juros foram os que pior se saíram na passagem de abr/24 para mai/24: -1,2% em móveis e eletrodomésticos, -2,3% em veículos e autopeças, -3,5% em material de construção e -8,5% em equipamentos de escritório, informática e comunicação", assinalou o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), destacando que ao contrário do comércio, a produção industrial recuou -0,9% na mesma comparação: "Expansão, mas não para todos".

"Com a interrupção da fase de declínio da taxa de juros pelo Banco Central, pode-se esperar que estes freios que começam a aparecer no varejo venham a ficar ainda mais resistentes no futuro", alerta o Iedi, considerando, contudo, que o desempenho do setor na comparação com a situação de um ano atrás "segue favorável".

"Os ramos com expansão de vendas em jan-mai/24 representam 72,7% do total e aqueles que assinalam resultados superiores ao de igual período de 2023 representam 63,6% do número total de ramos", diz.

De acordo com o IBGE, o comércio varejista cresceu 8,1% em relação a maio de 2023. No acumulado no ano chegou a 5,6% e no acumulado nos últimos 12 meses ficou em 3,4%.

No comércio varejista ampliado, que inclui veículos, motos, partes e peças, material de construção e atacado de produtos alimentícios, bebidas e fumo, o volume de vendas variou 0,8% em maio frente a abril na série com ajuste sazonal.

A média móvel trimestral ficou praticamente estagnada em 0,1%. Na série sem ajuste sazonal, o varejo ampliado cresceu 5,0%, acumulando no ano alta de 4,8% ante o mesmo período de 2023 e de 3,7% em 12 meses.

Inflação de junho desacelera e força queda dos juros

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), indicador da inflação oficial do país, desacelerou para 0,21% em junho, após registrar 0,46% em maio, informou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na quarta-feira (10).

O índice veio abaixo das previsões de bancos e instituições financeiras, que previam um avanço de 0,32%, segundo a mediana das projeções de 33 instituições financeiras e consultorias, ouvidas pelo Valor Data, "e também abaixo do piso das estimativas, que variavam entre 0,23% a 0,37%", diz o jornal.

Com as previsões alarmistas de inflação e de "descontrole" das contas públicas, os bancos e demais rentistas pressionaram para o fim da queda na Selic (taxa básica de juros da economia) mantida nos estratosférico 10,5% ao ano, por decisão unânime do Comitê de Política Monetária do Banco Central (BC), em sua última reunião em junho. Com a decisão, o Brasil manteve-se em segundo lugar com o maior juro real (descontada a inflação) do mundo.

No semestre de 2024, a inflação brasileira acumula uma alta de 2,48%. Já no acumulado de 12 meses até junho, a alta é de 4,23%. Ou seja, a inflação brasileira continua baixa, comportada e dentro da meta do Conselho Monetário Nacional (CMN) e perseguida pelo BC – que é de 3%, com a margem de tolerância de 1,5 ponto percentual, para mais ou para menos.

ÍNDICE DE DIFUSÃO

Os preços de produtos e serviços pesquisados pelo IBGE no mês de junho contemplam os efeitos das enchentes no Rio Grande do Sul sobre a economia. As fortes chuvas que abateram diversas cidades do estado gaúcho tiveram início no final de abril (27) e seguiram com forte intensidade na primeira semana de maio, devastando a produção de alimentos e serviços, além da destruição de estradas em diversas localidades. Grande parte destes prejuízos já haviam sido captados no resultado de maio.

No sexto mês de 2024, a inflação se espalhou menos pelos itens que compõem a cesta de produtos do IPCA. O chamado Índice de Difusão, que mede a proporção de bens e atividades que tiveram aumento de preços, desceu dos 57,3%, registrados em maio, para 52,3%, em junho, segundo o IBGE. Esse é o menor resultado de 2024, como demonstra o gráfico a seguir.

Além disso, de acordo com IBGE, após o pico de alta de 0,87% em maio, Porto Alegre já apresentou deflação em seus preços no mês de junho (-0,14%). A capital gaúcha corresponde pelo quarto maior peso (8,61%) no índice geral de inflação, atrás de São Paulo (32,28%), Belo Horizonte (9,69%) e Rio de Janeiro (9,43 %).

ALIMENTOS E SERVIÇOS

Outro dado importante do IBGE é o de que a inflação dos alimentos demonstrou um arrefecimento entre maio e julho, saindo da alta de 0,62% para 0,44%. O grupo alimentos e bebidas, que teve o maior impacto sobre o índice geral (0,10 p.p), vem sendo pressionado pela alta dos alimentos do domicílio, que também desacelerou de um mês para o outro, caiu de 0,66% para 0,47%.

Entre as altas nos preços dos alimentos, destaque para a batata inglesa (14,49%), o leite longa vida (7,43%) e arroz (2,25%). Já do lado das quedas, destacam-se: a cenoura (-9,47%), a cebola (-7,49%) e as frutas (-2,62%).

"No caso do leite", diz o gerente da pesquisa, André Almeida, "o clima adverso na Região Sul e a entressafra contribui para uma menor oferta, por conta da queda na produção. Já a batata também teve oferta mais restrita, mas relacionada ao final da safra das águas e início da safra das secas, que ainda não chegou a um patamar elevado".

De acordo com o IBGE, a inflação de serviços recuou de 0,40%, em maio, para 0,04% em junho. A alta nos preços no setor de serviços é comumente usada pelo presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, para justificar a manutenção dos juros altos no Brasil.

Com o resultado, a inflação de serviços acumula alta de 4,49% no acumulado de 12 meses até junho. Esse é o menor resultado desde setembro de 2021, quando havia registrado 4,41%. Em maio, o grupo havia registrado 5,09% na mesma base de comparação estatística.

Dos nove grupos de produtos e serviços pesquisados, sete tiveram alta no mês, conforme os resultados a seguir: Alimentação e bebidas: 0,44%; Habitação: 0,25%; Artigos de residência: 0,19%; Vestuário: 0,02%; Transportes: -0,19%; Saúde e cuidados pessoais: 0,54%; Despesas pessoais: 0,29%; Educação: 0,06% e Comunicação: -0,08%.

Escreva para o HP
horadopovo@horadopovo.com.br

HORA DO POVO
é uma publicação do Instituto Nacional de Comunicação 24 de agosto
Rua Mazzini, 177
Cambuci - CEP: 01528-000
São Paulo-SP
E-mail: inc24agosto@gmail.com
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: **Clóvis Monteiro Neto**
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000

Sucursais:
Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hprj@oi.com.br
Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br
Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480
E-mail: horadopovomg@uol.com.br
Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 -
E-mail: horadopovobahia@oi.com.br
Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603
E-mail: horadopovope@yahoo.com.br
Belém (PA): Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deusa, 140 Curió-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823
Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br

Reprodução

Avaliação positiva subiu de 33% para 37%

Ipec confirma Quaest e registra melhora de 4 pontos percentuais na avaliação do governo Lula

Pesquisa Ipec (Inteligência em Pesquisa e Consultoria) divulgada na quinta-feira (11) segue na mesma direção da Quaest, divulgada um dia antes, e registra crescimento da avaliação positiva do governo Lula.

O índice de avaliação positiva, que era de 33% em março deste ano, subiu para 37%. Paralelamente, a avaliação negativa do governo oscilou de 32% para 31%.

A pesquisa Ipec também perguntou se os entrevistados aprovam ou desaprovam a maneira como Lula está governando o país, com 50% respondendo aprovar (49% na pesquisa anterior) e 44% reprovando sua gestão (eram 45% na pesquisa anterior).

O aumento mais expressivo na aprovação do governo ocorreu entre os moradores da região Nordeste, onde a avaliação positiva saltou de 43% para 53%. Também houve um crescimento significativo entre aqueles com renda familiar mensal de até um salário mínimo, subindo de 39% para 48%.

Outro indicador avaliado é o grau de confiança em Lula. O índice oscilou entre os que dizem confiar no presidente, de 45% para 46%, enquanto o percentual dos que dizem não confiar nele não apresentou mudança e seguiu com 51%.

A pesquisa foi realizada entre os dias 4 e 8 de julho, com a participação de 2 mil pessoas com 16 anos ou mais, residentes em 129 municípios de todo o país. A margem de erro é de 2 pontos percentuais para mais ou para menos.

Lula critica ataque de Israel que matou 90: "estarrecedor"

Wafa

Crianças e mulheres palestinas são as vítimas do genocídio de Benjamin Natanyahu

O presidente lembrou que os ataques são em "zonas humanitárias delimitadas que deveriam ser protegidas"

O presidente Lula repudiou no domingo (14) o ataque criminoso das forças de Israel ao campo de refugiados de Al Mawasi que resultou na morte de 92 civis palestinos e deixou mais de 300 pessoas feridas. O ataque, como sempre, foi justificado por uma suposta presença de dirigentes do Hamas no campo, fato que foi constatado como uma mentira.

"É estarrecedor que continuem punindo coletivamente o povo palestino. Já são dezenas de milhares de mortos em seguidos ataques desde o ano passado, muitos deles em zonas humanitárias delimitadas que deveriam ser protegidas", disse Lula em nota. "Nós, líderes políticos do mundo democrático, não podemos nos calar diante desse massacre interminável", acrescentou o presidente.

Lula voltou a exigir que parem as hostilidades contra civis palestinos em Gaza. E convocou a comunidade internacional a agir pela paz na região e contra o massacre de civis. "O cessar-fogo e a paz na região precisam ser prioridades na agenda internacional. Todos os nossos esforços devem estar centrados na garantia da libertação dos reféns israelenses e no fim dos ataques à Faixa de Gaza", conclamou.

Segundo o Ministério da Saúde de Gaza, desde que as forças de Benjamin Netanyahu entraram em Gaza, em 7 de outubro de 2023, 38.584 pessoas foram mortas, sendo a maioria civis, mulheres e crianças. Estudo recene da revista Lancet concluiu que, entre mortes diretas e indiretas provocadas pelos bombardeios, 186 mil palestinos perderam a vida.

A ditadura israelense segue sabotando o processo de paz e o cessar-fogo no Oriente Médio. Mesmo com a condenação da grande maioria dos países do mundo, da ONU, do Tribunal Penal Internacional, o regime de Israel segue cometendo crimes. O mais recente bombardeio promovido na Faixa de Gaza vitimando centenas de inocentes é inadmissível. Agora com mais de 90 vítimas fatais e quase 300 feridos em tendas que abrigavam crianças.

Mais cedo o presidente Lula também se pronunciou sobre o atentado no comício de Donald Trump na Pensilvânia no sábado (13). Em publicação nas redes sociais, ele afirmou que o ataque "deve ser repudiado veementemente por todos os defensores da democracia e do diálogo na política". "O que vimos hoje é inaceitável", escreveu.

O Ministério das Relações Exteriores do Brasil também condenou o ataque. O governo também disse desejar a "pronta recuperação do ex-presidente". "O Brasil reafirma ser inaceitável qualquer forma de violência política em sociedades democráticas e acompanha com atenção o pleno esclarecimento dos fatos."

O vice-presidente da República Geraldo Alckmin, o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), e o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), também condenaram o ataque. Alckmin chamou o incidente de "lamentável" e afirmou que a "democracia se faz com ideias, debates e votos". "Nunca com tiros e violência", concluiu.

Áudio desmascara Heleno: usou Abin para abafar crimes de Flávio

A Operação Última Milha, da Polícia Federal, que teve o sigilo retirado na quinta-feira (11), jogou por terra a versão apresentada pelo general Heleno, à época chefe do Gabinete de Segurança da Presidência (GSI), à Procuradoria Geral da República (PGR), quando da investigação sobre a reunião da Abin com a participação de Bolsonaro, Ramagem e o general para abafar os crimes cometidos por Flávio Bolsonaro.

Na reunião também participaram advogados de Flávio Bolsonaro. Ao vir á publico o escândalo, Heleno respondeu à PGR através de um ofício expedido em 17 de dezembro de 2020. O então ministro do GSI responde à PGR com críticas à imprensa e diz que, na reunião, apenas ouviu os relatos das advogadas de Flávio Bolsonaro e afirmou que os assuntos não eram de competência do GSI nem da Abin.

Segue o relato – agora desmentido – de Augusto Heleno: "À guisa de conclusão, esta autoridade se contrapõe veementemente ao conteúdo das matérias jornalísticas e às ações que nelas se fundam, ressaltando que, conforme informações obtidas do diretor-geral da Abin, nenhum relatório foi produzido, pela agência, para orientar a defesa do senador Flávio Bolsonaro. (...)", disse Heleno.

"Limitei-me a ouvir o que tinham a dizer e, diante dos fatos, que não possuíam qualquer envolvimento com a Segurança Institucional, concluí que não era da competência do GSI, nem da Abin, interferir no assunto", acrescentou o auxiliar de Bolsonaro.

"Desliguei-me, juntamente com o GSI, totalmente, desse assunto", prosseguiu Heleno. "Só voltei a conversar com o delegado Alexandre Ramagem sobre o tema, quando o jornalista Guilherme Amado publicou, na revista Época, matéria sobre dois supostos relatórios, produzidos pela Abin, para orientar a defesa", concluiu o general.

O inquérito divulgado pela PF na última quinta (11) desmente a versão do general Heleno e afirma que, em áudio de uma hora e oito minutos, Alexandre Ramagem (PL-RJ) e o general, além do próprio Jair Bolsonaro, participaram da reunião. No encontro, Ramagem sugere a instauração de um procedimento administrativo contra auditores da Receita Federal para anular a investigação das rachadinhas, bem como retirar alguns servidores de seus respectivos cargos, ajudando a defesa do filho mais velho de Bolsonaro

Na época, servidores da Receita Federal que detectaram as operações de lavagem de dinheiro do filho mais velho de Bolsonaro para despistar os recursos obtidos com o esquema de rachadinha em seu gabinete na Assembleia Legislativa do Rio, foram perseguidos e afastados de seus cargos. A perseguição estava diretamente associada à ação da "Abin paralela", agora revelada em detalhes, e que era dirigida à época por Alexandre Ramagem.

Para a PF, o conteúdo do áudio reforça a convicção de uso de estrutura da Abin para atender aos interesses da família Bolsonaro. "A premissa investigativa ainda é corroborada pelo áudio de 01:08 (uma hora e oito minutos) possivelmente gravado pelo del. Alexandre Ramagem no qual o então presidente da República Jair Bolsonaro, o GSI general Heleno e possivelmente advogada do senador Flávio Bolsonaro tratam sobre as supostas irregularidades cometidas pelos auditores da Receita Federal na confecção do Relatório de Inteligência Fiscal que deu causa à investigação", diz o relatório

"Neste áudio é possível identificar a atuação do del. Alexandre Ramagem indicando, em suma, que seria necessário a instauração de procedimento administrativo contra os auditores da Receita com o objetivo de anular a investigação, bem como retirar alguns auditores de seus respectivos cargos", prossegue o relatório da PF.

Mensagens também corroboram as suspeitas da PF. Além da reunião com a defesa de Flávio Bolsonaro, a PF encontrou mensagens que mostram auxiliares de Ramagem na Abin levantando informações contra auditores da Receita. O agente da PF Marcelo Bormevet e o militar Giancarlo Rodrigues levantaram "podres e relações políticas" dos auditores que fizeram relatório apontando os crimes de Flávio Bolsonaro. Esses agentes foram presos na Operação Última Milha.

ABI e Fenaj repudiam a espionagem de jornalistas no governo de Bolsonaro

A Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) repudiaram os atos cometidos pela chamada Abin Paralela durante o governo Bolsonaro, sob o comando do delegado da Polícia Federal Alexandre Ramagem, atual deputado federal pelo PL do Rio de Janeiro.

Um investigação da Polícia Federal (PF) revelou que agentes lotados na Abin utilizaram ferramentas de espionagem adquiridas pelo órgão para monitorar os movimentos de autoridades do Judiciário, do Legislativo e da Receita Federal, além de personalidades públicas, entre eles alguns jornalistas.

"A Comissão de Defesa da Liberdade de Imprensa e Direitos Humanos da ABI (CDLIDH) repudia o uso de software de propriedade federal para espionar e monitorar a atividade profissional de jornalistas e agências de checagem. A CDLIDH repudia esse comportamento inaceitável, que representa total afronta à privacidade dos profissionais e organizações e um atentado ao Estado Democrático de Direito", diz a ABI, em nota pública.

"A utilização de maneira ilegal e abusiva de serviços de espionagem foi uma tentativa explícita do governo Bolsonaro de violar o livre exercício do Jornalismo e o sigilo da fonte. Já havíamos denunciado essa situação em janeiro deste ano, quando da realização da Operação Vigilância Aproximada. Tanto que solicitamos na justiça o acesso à lista de espionados à época, mas não obtivemos informações porque o processo estava sob sigilo", diz a Fenaj, também em nota.

Segundo a PF, os jornalistas monitorados foram Mônica Bergamo, Vera Magalhães, Luiza Alves Bandeira e Pedro Cesar Batista. Em entrevista ao canal Band News, Mônica Bergamo disse que foi uma surpresa descobrir seu nome entre os monitorados. "É abjeto ter um aparelho de Estado monitorando pessoas que eles imaginam que podem, de alguma forma, minar o seu governo. É uma sensação muito estranha", disse a jornalista.

Reprodução

Abin foi usada para arapongagem

Bolsonaro mentiu sobre o roubo das joias, aponta relatório da PF

A Polícia Federal desmentiu, em relatório, a defesa de Jair Bolsonaro e apontou a participação direta do ex-presidente no desvio e venda, nos Estados Unidos, das joias que foram roubadas do acervo público da Presidência. Ao todo, as jóias valem R$ 6,8 milhões.

A PF indiciou Jair Bolsonaro pelos crimes de peculato/apropriação de bem público, lavagem de dinheiro e associação criminosa. Outros 11 também foram indiciados.

No relatório sobre a investigação, tornado público por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), a Polícia Federal disse que Jair Bolsonaro mentiu em diversos momentos de seus depoimentos.

Quando o escândalo das joias dadas como presente por líderes estrangeiros surgiu, Bolsonaro falou que "não ficou pessoalmente com as joias", as quais ficaram no acervo [privado], que fica em um galpão emprestado pelo ex-piloto Nelson Piquet. Jair disse ainda que "não levou as joias para os Estados Unidos na viagem do dia 30 de dezembro de 2022".

A Polícia Federal afirmou de maneira direta que essa versão não condiz "com a realidade dos fatos".

"As joias do 'kit ouro rose' nunca foram para a denominada Fazenda Piquet". "Ao contrário, após serem desviadas do acervo público, (...) as joias foram para os Estados Unidos, por meio do avião presidencial e posteriormente levadas pessoalmente por Mauro Cid [então ajudante de ordens de Jair] para a sede da empresa Fortuna, na cidade de Nova Iorque e submetidas a leilão no dia 07 de fevereiro de 2023".

Esse kit continha um relógio, uma caneta, um par de abotoaduras e um rosário árabe, sendo tudo da marca de luxo Chopard.

"Jair Bolsonaro não apenas determinou que as joias fossem levadas para o exterior, como também tomou ciência de que os itens do 'kit ouro rose', por sua determinação, foram submetidos a leilão", destacou a Polícia Federal.

Bolsonaro e Mauro Cid conversaram por WhatsApp sobre o leilão deste kit de joias. Em 4 de fevereiro de 2023, Cid enviou o link do leilão das peças. Jair respondeu "selva" [expressão militar que significa "ok", "tudo bem"], confirmando que tinha ciência.

O ex-presidente chegou a abrir o link por cerca de um minuto, mostram dados de seu celular que foram obtidos pela PF.

Para os investigadores, Jair Bolsonaro mentiu "com o objetivo de esconder das autoridades, naquele momento, que os bens foram ilegalmente para o exterior para serem vendidos".

Isso porque enquanto a investigação acontecia os subordinados de Jair Bolsonaro estavam realizando a "operação de recompra" das joias que tinham sido vendidas no exterior, já que o Tribunal de Contas da União (TCU) havia determinado que as peças fossem entregues ao Estado brasileiro.

Por seu alto valor de mercado, joias, relógios e outras peças que Jair Bolsonaro recebeu como presente de outros países tinham que ser incorporadas ao acervo público da Presidência.

A investigação também comprovou que Jair Bolsonaro mentiu ao falar que sequer sabia da existência do relógio Patek Philippe que seus aliados venderam nos Estados Unidos. O dinheiro da venda era sempre entregue em espécie para o ex-presidente.

Bolsonaro trocou fotos e informações com seu ajudante de ordens, Mauro Cid, sobre o Patek Philippe. Nas conversas de WhatsApp, os dois até trocaram imagens com o certificado do relógio.

Este Patek Philippe foi vendido junto a um Rolex por Mauro Lourena Cid, pai do ex-ajudante de ordens, em uma loja nos Estados Unidos pelo valor de US$ 68 mil (cerca de R$ 370 mil).

Segundo Mauro Cid, que fechou um acordo de colaboração premiada, "o dinheiro seria entregue sempre em espécie de forma a evitar que circulasse no sistema bancário normal".

General Tomás Ribeiro Paiva discute mais intercâmbios com ministro da Defesa chinês

O comandante do Exército Brasileiro, general Tomás Ribeiro Paiva, reuniu-se com o ministro da Defesa da China, almirante Dong Jun, para discutir mais intercâmbios e cooperação entre os dois países

No encontro, foram celebrados os 50 anos das relações diplomáticas entre Brasil e China.

Ribeiro Paiva e Dong Jun discutiram a cooperação e trabalho conjunto em operações de paz, ações emergenciais em desastres naturais, gestão ambiental e treinamento, segundo o jornal Folha de S.Paulo.

O Exército Brasileiro também quer aumentar o intercâmbio de militares entre os dois países ao patamar anterior à pandemia de Covid-19. Em 2018, eram 14 militares brasileiros estudando na China, enquanto hoje são apenas três, que estudam estratégia e administração.

O ministro da Defesa chinês, Dong Ju, defendeu "melhorar conjuntamente as capacidades e levar a relação entre os dois Exércitos a novos patamares".

Para ele, "sob a orientação estratégica dos dois chefes de Estado, as relações sino-brasileiras ficaram cada vez mais maduras e estáveis, tornando-se um modelo".

Na viagem, Ribeiro Paiva também se reuniu com o comandante da força terrestre do Exército chinês.

Antes de ir à China, Tomás Ribeiro Paiva esteve na Índia, país que também é membro do BRICS. O Exército tem interesse em comprar o sistema de artilharia antiaérea Akashm, que foi desenvolvido pela indiana Bharat.

Na quinta-feira (11), o comandante do Exército visitou, em Pequim, a empresa de armamentos Norinco. A empresa produz drones, mísseis, armamentos leves e munições, entre outras coisas.

A Norinco apresentou uma proposta para comprar 49% da Avibrás, empresa brasileira que fabrica equipamentos de defesa de alta tecnologia, como mísseis e veículos lançadores.

A Avibrás, empresa que é estratégica para o Brasil, estava sendo negociada para a australiana DefendTex, de porte muito inferior à Avibrás. O negócio só não foi para frente porque a DefedTex desistiu.

O governo dos Estados Unidos está pressionando e ameaçando o Brasil para que o negócio com a chinesa Norinco não prospere.

Equatorial aumentou tarifa de água em 50% após privatização do saneamento no Amapá

A empresa, uma holding que atua principalmente no fornecimento de energia elétrica, é a mesma para qual está sendo entregue a maior companhia de água e saneamento básico do Brasil, a Sabesp

A empresa Equatorial Energia, empresa para a qual está sendo entregue a maior companhia saneamento do Brasil, a Sabesp, aumentou três vezes a tarifa da conta de água, no Amapá, desde a privatização dos serviços de saneamento no estado, em dezembro de 2021. Os dados foram levantados em reportagem do portal Metrópoles.

A Equatorial, empresa com baixa experiência no setor de saneamento, pagou quase R$ 1 bilhão para adquirir a Caesa, estatal de água e esgoto do Amapá, e assinou o contrato de 35 anos de concessão. Embora só tenha iniciado as operações em julho de 2022 por meio da Concessionária de Saneamento do Amapá (CSA), a empresa já atuava em "operação assistida" quando houve um aumento de cerca de 50% na conta de água.

Na época, a Secretaria da Fazenda do Amapá justificou que a tarifa estava congelada desde 2019 e que o reajuste já era previsto no projeto de privatização e que seria necessário para que a concessionária assumisse a gestão tendo por base uma nova tarifa de água e esgoto. O aumento de 50% foi aplicado somente às residências com medidores.

Em julho do mesmo ano, apenas 14 dias após iniciar as atividades enquanto concessionária, a CSA anunciou novo aumento de 12,23% na tarifa da conta de água. Quase um ano depois, em 13 de julho de 2023, mais um reajuste tarifário foi confirmado pela companhia, desta vez, de 6,79%.

"TRAGÉDIA ANUNCIADA"

Em um artigo na Folha de S. Paulo, Camila Rocha, cientista política e pesquisadora do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), afirmou que a privatização da Sabesp, sendo uma das maiores empresas de saneamento do mundo, é "uma tragédia anunciada" para São Paulo.

A rede da Sabesp, que abastece mais de 28 milhões de pessoas, e mais de 25 milhões beneficiadas por sua coleta de esgoto, é responsável por cerca de um terço de todo o investimento em saneamento básico do Brasil. Apesar disso, houve apenas uma empresa interessada em ser sua acionista de referência.

"A Equatorial Energia S.A. é uma holding brasileira que atua, principalmente, no fornecimento de energia elétrica. Alvo de inúmeros processos por deixar as populações dos diversos estados brasileiros onde atua sem luz, a empresa afirma que entrou recentemente no setor de saneamento. Por 'recentemente' leia-se: em 2022 a Equatorial passou a atuar com saneamento ao se tornar responsável pela oferta do serviço em 16 cidades do Amapá", disse.

"Hoje o estado do Amapá possui cerca de 750 mil habitantes. Para efeito de comparação, apenas o bairro do Grajaú, localizado na zona sul da capital paulista, possui mais de 348 mil habitantes. Além da diferença abissal no tamanho da população dos dois estados, há também uma enorme diferença na prestação do serviço", continuou.

A pesquisadora mencionou ainda que, de acordo com o Censo de 2022, São Paulo é o estado que possui o melhor serviço de esgoto do país. Mais de 90% da população paulista tem acesso à coleta de esgoto, enquanto a média nacional é de 62,5%. Já no estado do Amapá, onde a Equatorial passou a atuar, apenas 11% da população tem acesso a esgoto.

TARIFA

Inicialmente, o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), havia dito que a tarifa da conta de água seria reduzida com a privatização da Sabesp, uma de suas principais promessas de campanha. Depois, ele mudou o tom do discurso e passou a anunciar que a tarifa aumentaria em "valor menor".

A "investidores", a Equatorial indica "revisão periódica" da tarifa a cada cinco anos, além da adoção de planos de demissão dos funcionários. No dia 16 de julho, o governo paulista divulgará se a Equatorial será, de fato, a acionista de referência da Sabesp. A conclusão da privatização está prevista para o dia 22 de julho.

Rede da Sabesp abastece mais de 28 milhões de pessoas em São Paulo

MCTI anuncia aporte de R$ 250 milhões para preservação de acervo científico e cultural

A ministra de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), Luciana Santos, anunciou a implementação do Edital Identidade Brasil, que vai aportar R$ 250 milhões para recuperar e preservar o patrimônio científico e cultural do país.

O lançamento, em conjunto com a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), na quinta-feira (11), em Olinda (PE), ocorreu no Mercado Eufrásio Barbosa, com a presença da ministra da Cultura, Margareth Menezes, e se configura como um investimento recorde para esta finalidade.

As verbas do edital serão todas do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, o FNDCT, sendo R$ 125 milhões para projetos de preservação, divulgação e restauração de acervos científicos e tecnológicos; e R$ 125 milhões para acervos históricos e culturais.

"Essa chamada vem para reverter o processo histórico de abandono do acervo do patrimônio brasileiro e o sucateamento dessas instituições, que observamos nos seis anos anteriores ao nosso governo. Um povo sem memória, será um povo sem história e um povo sem futuro", disse Luciana Santos, durante o evento.

Podem pleitear os recursos Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação (ICTs), públicas ou privadas, órgãos públicos vinculados a ministérios e secretarias de estado, município ou Distrito Federal, organizações sociais vinculadas ao MCTI e museus que estejam listados no Cadastro Nacional de Museus do Ibram – Instituto Brasileiro de Museus do Ministério da Cultura.

"Os Museus e Centros de Ciência fortalecem os laços da sociedade com todas as áreas de conhecimento. Estamos falando de equipamentos essenciais para a preservação do patrimônio científico e cultural do país, com papel essencial na ampliação da cultura científica no Brasil", completou.

Margareth Menezes destacou a importância da parceria entre as duas pastas. "Para nós, que trabalhamos com cultura, com a memória, com nosso patrimônio e material e imaterial, a ciência está para nos ajudar a cuidar desse acervo. Precisamos de tecnologias para cuidar dessa memória cultural. É assim que temos caminhado no governo do presidente Lula, buscando parcerias para favorecer as ações que são legítimas do povo brasileiro. E a nossa memória cultural é uma das nossas riquezas", ressaltou.

De acordo com o diretor de desenvolvimento científico e tecnológico da Finep, Carlos Aragão, essa é a primeira vez que há um apoio tão decidido à preservação e recuperação de acervos no país. "Isso significa recuperar a identidade Brasil, que andou tão cambaleante num período recente, diante de práticas negacionista e de desvalorização da nossa cultura", disse.

A iniciativa compõe o Programa Nacional de Popularização da Ciência (Pop Ciência), do MCTI, que tem como objetivo desenvolver a cultura científica e estimular a prática da ciência, tecnologia e inovação para promover a inclusão social e reduzir as desigualdades sociais.

"Um museu de ciência é um museu de cultura e um acervo científico é um acervo de cultura. Então é muito bom termos os dois ministérios juntos, atuando para preservar o nosso patrimônio. Que esse edital possa democratizar o acesso à cultura e ampliar o repertório cultural e científico da sociedade brasileira", opinou Juana Nunes, diretora de Popularização da Ciência do MCTI

De acordo com o edital, pelo menos 30% dos recursos desta chamada deverão ser aplicados nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, a fim de evitar assimetrias regionais.

"A partir deste edital, vamos conhecer e reconhecer a Ciência, Tecnologia e Inovação que são produzidas nos museus. Porque cultura, história e ciência andam juntas. Os museus fazem, sim, ciência, tecnologia e essa iniciativa vai atender às suas necessidades", disse Fernanda Castro, presidenta do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram).

Datafolha: 65% dos paulistanos rejeitam candidato a prefeito apoiado por Bolsonaro

A última pesquisa do Instituto Datafolha mostra que mais de 60% dos eleitores da cidade de São Paulo não votariam em um candidato a prefeito que fosse apoiado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

Da mesma forma, os dados mostram que o presidente Lula (PT) tem uma rejeição menor, afastando 45% dos eleitores. 23% votariam com certeza em um candidato apadrinhado pelo presidente, enquanto 28% considerariam o voto.

Segundo o Instituto, o apoio de Bolsonaro levaria 16% dos eleitores a escolher com certeza seu indicado, enquanto outros 16% dizem que essa é uma possibilidade.

A influência do vice-presidente e ex-governador paulista Geraldo Alckmin (PSB) também foi medida. Ele é rejeitado por 47% e valorizado por 49% dos eleitores.

A pesquisa mostrou ainda que mais da metade dos eleitores da cidade de São Paulo afirmam que podem mudar o voto para prefeito se o candidato for apoiado por um político rejeitado por eles.

Dessa mesma forma, segundo o instituto, 56% do eleitorado paulistano mudariam o voto por esse motivo. Outros 41% dizem que não mudariam o voto e 2% não souberam responder.

A margem de erro da pesquisa é de três pontos percentuais, para mais ou para menos, e o nível de confiança é de 95%. Ao todo, foram realizadas 1.092 entrevistas em toda a cidade de São Paulo, de terça (2) a quinta (4) da semana passada.

Eduardo Leite replica Ratinho e planeja privatizar escolas do Rio Grande do Sul

O governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB), resolveu seguir os passos de Ratinho Jr. (PR), Tarcísio de Freitas (SP) e Romeu Zema (MG) e planeja privatizar 99 escolas em 15 municípios gaúchos. O contingente equivale a 4,2% da rede estadual de ensino e atende a 56 mil alunos.

A intenção é lançar a consulta pública para repassar ao setor privado a reforma e manutenção de escolas estaduais ainda no mês de julho. Essa etapa antecede a publicação do edital e do leilão da PPP (Parceria Público-Privada), previsto para o próximo ano.

A parceria, diga-se, está apenas no nome. Na prática, as empresas se beneficiam de uma estrutura pronta, construída com recursos públicos, para obter lucros. A iniciativa é criticada pelo CPERS – Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul – que representa os servidores da Educação no estado e que promete resistir.

"Transformar nossas escolas em negócios lucrativos para poucos, à custa do bem-estar e do futuro dos nossos(as) alunos(as), é um completo desrespeito. Temos uma luta estrutural e estratégica, visto que a PPP faz parte da política neoliberal de Leite", critica a entidade em texto publicado em sua página.

"A lógica da empresa é obter lucro. E isso se dá cortando custos, reduzindo direitos e salários de funcionários(as) e professores(as). Estamos fartos das promessas vazias e das manobras enganosas do governo Eduardo Leite (PSDB). Não permitiremos que Eduardo Leite e seu governo destruam nossas escolas em nome do lucro! A educação pública é um direito sagrado e inalienável, e vamos lutar com todas as nossas forças para defendê-la".

Lançado em agosto de 2023, o projeto de desmonte da Educação pública garante à iniciativa privada explorar os serviços por 25 anos. "Não nos deixemos enganar: a privatização de qualquer aspecto da educação pública é o primeiro passo rumo à mercantilização do nosso direito à educação", diz o CPERS.

Continua no site

Relator recua e Câmara aprova 2.400 horas e disciplinas obrigatórias para o Ensino Médio

A Câmara dos Deputados aprovou na noite de terça-feira (9) o projeto de lei que altera a reforma do ensino médio (Lei 13.415/17). Agora, a proposta será enviada à sanção presidencial. O texto aprovado é um substitutivo do relator, deputado Mendonça Filho (União-PE), para o Projeto de Lei 5230/23, do Poder Executivo.

Após forte tentativa do deputado em aprovar um projeto que reduzia a carga horária das escolas, dentre outros ataques à Educação Pública brasileira, o texto aprovado mantém o aumento da carga horária da Formação Geral Básica previsto no projeto original, de 1.800 para 2.400 horas (somados os três anos do ensino médio) para alunos que não optarem pelo ensino técnico. A carga horária total do ensino médio continua a ser de 3.000 horas nos três anos (5 horas em cada um dos 200 dias letivos anuais).

Para completar a carga total nos três anos, os alunos terão de escolher uma área para aprofundar os estudos com as demais 600 horas. A escolha poderá ser entre um dos seguintes itinerários formativos: linguagens e suas tecnologias; matemática e suas tecnologias; ciências da natureza e suas tecnologias; ou ciências humanas e sociais aplicadas.

Atualmente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) define um total de 1.800 horas para a formação geral básica, direcionando 1.200 horas para os itinerários de formação, após a reforma do ensino médio de 2017. Mendonça Filho era ministro da Educação à época e propôs essa reforma.

A votação do projeto foi conduzida de forma conturbada pelo presidente da Câmara, Artur Lira. O texto foi votado sem que as propostas do Senado, que foram rejeitadas pelo relator, fossem debatidas pelos parlamentares.

Daniel Cara, educador e especialista em políticas educacionais, explicou o processo de votação:

"Arthur Lira e Mendonça Filho deram um golpe no texto do Senado Federal ao PL 5230/2023. A primeira votação foi amplamente aprovada (437 votos a favor contra 1), incorporando o que o relator aceitou do Senado. No entanto, a segunda votação, que deveria discutir o que foi rejeitado pelo Senado, foi simbólica e atropelada, sem debate, orientação de bancada ou votação nominal. Isso reflete quatro problemas graves: a liderança do governo coadunou com o procedimento de Arthur Lira, elogiando Mendonça Filho e apoiando o MEC; os defensores da educação foram atropelados sem conseguir se impor; a educação foi tratada como secundária; e o Senado da República foi desrespeitado. Este episódio é um retrato da democracia brasileira. Diante disso, o movimento #RevogaNEM continua. É hora de construir um novo projeto de Ensino Médio que realmente represente o Brasil e seus estudantes."

ENSINO NOTURNO

Uma das mudanças vindas do Senado determina que os estados deverão manter, na sede de cada um de seus municípios, pelo menos uma escola de sua rede pública com oferta de ensino médio regular no turno noturno. Esse ponto foi mantido no texto aprovado hoje no Plenário da Câmara.

Outra mudança acatada prevê apoio do Ministério da Educação aos sistemas estaduais de educação para o estabelecimento de políticas, programas e projetos de formação continuada dos docentes que incluam orientações didáticas e reflexões metodológicas relacionadas ao novo formato do ensino médio.

FORMAÇÃO TÉCNICA

No caso da formação técnica e profissional, um dos itinerários possíveis para as escolas oferecerem aos estudantes, a Formação Geral Básica será de 1.800 horas. Outras 300 horas, a título de Formação Geral Básica, poderão ser destinadas ao aprofundamento de estudos em disciplinas da Base Nacional Comum Curricular diretamente relacionadas à formação técnica profissional oferecida. Como esses dois módulos totalizam 2.100 horas, outras 900 horas ficarão exclusivamente para as disciplinas do curso técnico escolhido pelo aluno quando ofertado pela escola, totalizando assim 3.000 horas.

Segundo o texto aprovado, o ensino médio será ofertado de forma presencial, mas será admitido, excepcionalmente, que ele seja mediado por tecnologia, na forma de regulamento elaborado com a participação dos sistemas estaduais e distrital de ensino.

Ao contrário do texto original do governo, continua na lei a permissão para contratar profissionais de notório saber reconhecido pelos sistemas de ensino para ministrar conteúdos na educação profissional técnica de nível médio, mesmo que sua experiência tenha sido em corporações privadas.

Continua no site

FUP

FUP cobra prioridade à indústria brasileira no setor petrolífero e naval em reunião com Ministério

Dirigentes da Federação Única dos Petroleiros (FUP) cobraram do Ministério das Minas e Energia políticas de incentivo à indústria nacional no setor petrolífero e naval, tanto no segmento de exploração, quanto no setor de abastecimento.

Durante a reunião nesta quinta-feira (11), na sede do ministério em Brasília, a entidade apresentou um documento com diversas reivindicações, entre elas a reversão da "política de contratação de plataformas na modalidade de afretamento para a contratação de unidades próprias na modalidade EPC (Engenharia, Suprimentos e Construção)". No setor de abastecimento, a entidade pede a identificação de unidades de refinarias que viabilizem a expansão da indústria local e, no item Transição Energética, a Federação propõe o "estímulo à indústria nascente por meio de financiamento em pesquisa, desenvolvimento e inovação para novas rotas tecnológicas, visando o potencial brasileiro e o desenvolvimento regional e nacional".

A entidade também sugere o financiamento e a contratação de pequenas embarcações construídas no Brasil, aproveitando o conhecimento existente e a demanda nacional. Para isso, a FUP sugere a transição para contratos de longo prazo para a construção de barcos de apoio no Brasil, seguindo as diretrizes de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). De acordo com a entidade, "atualmente, a prática de contratos de curto prazo pela Petrobrás favorece a importação de embarcações estrangeiras".

Para o presidente da FUP, David Bacelar, "o tema da política de conteúdo local sempre foi algo que a FUP defendeu". Segundo Bacelar, "há uma necessidade dessa política ser criada e constituída, para que ela seja uma política de Estado. O intuito é que isso seja construído com os olhares sobre os países que já falam em conteúdo local. E nós precisamos desenvolver essa política no Brasil para aumentar a geração de emprego e renda no nosso país", disse.

Já o diretor da FUP, Sérgio Borges, que também é coordenador em exercício do Sindipetro do Norte Fluminense, uma das regiões do país mais afetadas pela política de desmonte e abandono da indústria naval brasileira pelos governos Temer e Bolsonaro, quando a Petrobrás passou a afretar navios e plataformas estrangeiras, reverter essa situação é uma das principais questões que está em jogo. "Uma das nossas principais lutas é acabar com o afretamento de plataformas, que na prática é a terceirização da atividade fim da Petrobrás", enfatizou Borges.

Reitores cobram mais verbas para Institutos Federais de Educação em protesto na Câmara dos Deputados

Reitores dos Institutos Federais de Educação fizeram uma manifestação na Câmara dos Deputados, na quarta-feira (10), por mais verba para as instituições. Esta foi a 3ª Marcha dos Reitores por Mais Orçamento, organizada pelo Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif).

Em dificuldades financeiras graves, assim como as universidades federais, os reitores dos Institutos Federais (IFs), dos Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets) e do Colégio Pedro II avaliam que a rede de ensino necessita de pelo menos R$ 4,7 bilhões para o funcionamento no próximo ano.

A manutenção financeira das instituições e a alimentação escolar foram os principais temas debatidos com os parlamentares.

Segundo levantamento feito pelo Conif, para se ter uma ideia do grau de necessidade financeira, em 2015, as instituições dispunham de um orçamento de R$ 3,6 bilhões. Neste ano, mesmo com a quantidade de matrículas em cursos presenciais tendo aumentado de 512 mil para 857 mil, e o número de unidades acadêmicas nas instituições também tendo crescido – em 2015, eram 528; atualmente, são 633 -, o montante destinado ao custeio de manutenção, limpeza, energia e pagamento de terceirizados foi de R$ 2,5 bilhões.

"Estamos cientes do nosso papel social. Aqui no parlamento a ideia é sensibilizar os parlamentares com esse compromisso que eles também têm com a educação", disse o presidente do Conife, Elias Monteiro. De acordo com Monteiro, todos os 38 reitores estiveram presentes ao ato.

"Nossa intenção é conscientizar o Parlamento sobre a importância de a Rede Federal ter um orçamento mais justo e robusto, que realmente atenda às necessidades das instituições", acrescentou.

A questão do aumento do orçamento destinado à assistência estudantil, especialmente o valor destinado à alimentação dos estudantes, foi outra pauta levantada pelos reitores.

De acordo com a entidade, a Rede Federal hoje necessita de R$ 1,1 bilhão para atender à demanda de alimentação dos estudantes matriculados. O orçamento do Programa Nacional de Alimentação Escolar destinado à Rede Federal em 2024 foi de R$ 55 milhões e deve beneficiar quase 357 mil estudantes em todo o país.

"Nossas instituições são casas de educação e têm o respeito das nossas comunidades acadêmicas, sendo reconhecidas por levar uma educação de qualidade aos rincões brasileiros", completou Monteiro, que também é reitor do Instituto Federal Goiano (IF Goiano). Segundo ele, a Rede Federal tem sofrido desinvestimentos nos últimos dez anos. No último ano, as instituições perderam orçamento no Congresso enquanto o texto enviado pelo Executivo tramitava na Casa.

'Investimento público em infraestrutura é decisivo para a indústria da construção'

Altamiro Perdoná, presidente da Contricom, maior Confederação de trabalhadores do setor, aponta os entraves à reindustrialização

CONTRICOM

Altamiro, presidente da Conf. dos Trabalhadores na Indústria da Construção

Em entrevista exclusiva ao HP, o dirigente sindical Altamiro Perdoná, presidente da CONTRICOM, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria da Construção e do Mobiliário, abordou o tema da reindustrialização do País, destacando o papel "histórico e decisivo" do setor na economia nacional.

Segundo Altamiro, "embora a indústria da construção não tenha sofrido os mesmos retrocessos de outros setores da indústria brasileira, o fato é que poderíamos contribuir muito mais com o desenvolvimento nacional, mas, para isso, o investimento público, principalmente em grandes obras de infraestrutura, é decisivo para incrementar o setor".

Altamiro lembrou que a participação da indústria da construção no PIB nacional caiu de 7% no ano 2000 para 3,3% em 2020. "Foi uma queda vertiginosa em apenas 20 anos", assinalou, para lembrar que "nosso segmento da indústria, tanto a indústria da construção, como a da madeira e a de mármores e granitos, não parou na pandemia".

Ainda de acordo com Altamiro, "a política neoliberal implantada no país há décadas atingiu principalmente a indústria em geral, pois a prioridade dos governos, com raras exceções, foi promover o agronegócio e fortalecer os setores primários da economia, voltados à exportação e não ao mercado interno".

"Mesmo nesse quadro", acrescentou, "a indústria da construção e seus ramos correlatos continuaram dando uma contribuição importante para o desenvolvimento país, com preservação de empregos", mas advertiu: "o setor poderia estar em outro nível de desenvolvimento se os governos tivessem investido em grandes obras de infraestrutura, como acontece em muitos países desenvolvidos como a China".

Altamiro assinalou que "o peso da construção na economia nacional, hoje, se deve muito mais às obras do setor imobiliário, o que é importante, principalmente a construção de moradias para as famílias de baixa renda, como prevê o programa Minha Casa, Minha Vida, no entanto, em um país continental como o nosso, poderíamos estar construindo mais ferrovias, estruturas ferroviárias para trens de média e alta velocidade, mais rodovias, mais pontes, mas não é isso que vemos nos últimos governos, nem mesmo no atual em que depositamos e continuamos depositando muita esperança".

Questionado sobre as razões dessa realidade, o dirigente lembrou que "sem um grande investimento por parte do governo, isso é impossível", acrescentando que "o empresário investe na construção de residências, centros comerciais e outras edificações, com financiamento público, porque sabe que vai ter garantido o seu lucro de volta, mas mesmo nesse segmento imobiliário, por causa dos juros muito altos, a lucratividade tem caído, como também os custos para o consumidor final, o que acontece até mesmo em programas subsidiados como Minha Casa, Minha Vida".

"Enquanto continuar esses juros absurdos e o governo continuar gastando rios de dinheiro com a sua dívida, não sobrará dinheiro para grandes investimentos, aliás, o governo terá dificuldade até mesmo para bancar o compromisso que assumiu no programa Nova Indústria Brasil, recentemente lançado", afirmou Altamiro, lembrando que "enquanto persistir essa política de déficit zero, não vai sobrar dinheiro para esses grandes investimentos que o Brasil precisa".

Sobre a proposta da CONTTAF (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transporte Aquaviário e Aéreo) e da Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos (CNTM) de um pacto nacional pela industrialização do País, com bandeiras comuns, Altamiro pontuou:

"Logo no início do meu mandato, a direção da CONTRICOM procurou a CNI (Confederação Nacional da Indústria), através de seu braço no setor da construção, a CBIC (Câmara Brasileira da Indústria da Construção), propondo exatamente isso, uma pauta comum para fortalecer as empresas do setor e valorizar os trabalhadores. Chegamos a fazer algumas reuniões nesse sentido, mas, o fato é que em muitos lugares a representação empresarial não reconhece a importância de fortalecer os sindicatos, as federações e a própria confederação, pois ainda existe uma mentalidade atrasada que foi criada desde a malfada reforma trabalhista do Temer de 2017".

"Aqui mesmo em Santa Catarina, onde presido a Federação da categoria, é uma luta constante e diária com a representação patronal, nós sempre estamos à disposição para defender o fortalecimento das empresas, mas o fato é que muitos do outro lado do balcão não querem reconhecer nossos direitos, e olha que essa representação patronal, através do Sistema S, que sempre defendemos, continua recebendo muito dinheiro, mas que nem sempre é voltado, por exemplo, para valorizar os trabalhadores", argumentou.

Nesse ponto, Altamiro lembrou da "necessidade urgente de qualificar e requalificar os trabalhadores do setor da construção, da madeira, de mármores e granitos, etc.., pois as empresas estão começando a trazer novas máquinas e novas tecnologias, e se não houver uma política pública que se preocupe com isso, o desemprego no setor pode se agravar muito. Mas, veja você que nós, hoje, não recuperamos nem mesmo a fiscalização do trabalho, então, nós estamos ainda na fase de recuperar o que é o beabá para garantir um emprego digno e seguro. Aqui em Santa Catarina, por exemplo, o Ministério do Trabalho não recuperou nem mesmo sua condição para fiscalizar os problemas e irregularidades que afetam a segurança e a saúde do trabalhador que ainda constatamos nos canteiros de obras e demais locais de trabalho", acrescentou.

E acrescentou: "Apesar disso tudo, a CONTRICOM está à disposição das demais confederações dos trabalhadores da indústria e das organizações empresariais para discutir esse pacto, pois nosso interesse é que não haja mais retrocesso na indústria e que sejam respeitadas as conquistas e os direitos dos trabalhadores, e vejam também a importância dos sindicatos de trabalhadores serem fortes para poder negociar, o que não acontece desde os ataques dessa reforma de Temer contra os sindicatos".

Justiça proíbe greve e servidores do meio ambiente denunciam "usurpação de direito"

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) quadruplicou a pena de multa às entidades que representam os servidores do meio ambiente que estão em greve, caso os funcionários de algumas áreas não retornem 100% ao trabalho. A Ascema Nacional (Associação dos Servidores Ambientais), a Condsef (Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal) e o SINDSEP-DF (Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Federal no Distrito Federal) classificaram a multa de R$ 200 mil por dia – quatro vezes o valor inicial da ação – como um "golpe, um vilipêndio aos direitos de classe, ou uma usurpação ao direito à greve" e "um assalto sem precedentes às liberdades individuais e coletivas de todas as categorias".

Ao afirmar que vai acatar a decisão, a Ascema disse que "os servidores podem ser impedidos de exercer o direito de greve e as entidades podem ser impossibilitadas de conduzir seus processos de luta devido à incapacidade financeira de suportar multas astronômicas, arbitrariamente definidas por autoridades preocupadas apenas com resultados imediatos".

A entidade também afirmou que entrou com recurso contra a decisão. "Encaminharemos recurso na instância competente, embora sem efeito suspensivo, e continuaremos a luta pelas reivindicações". "Apenas as áreas específicas ordenadas pela decisão judicial voltarão às atividades. Os demais servidores seguirão em greve".

"A Condsef/Fenadsef e a ASCEMA Nacional consideram inaceitável a atitude do governo ao pedir a abusividade e ilegalidade da greve, alegando que isso fere o direito de greve dos servidores. A decisão judicial de aumentar as multas é vista como uma afronta a esse direito constitucional", afirma a associação.

Os servidores reivindicam reestruturação de carreira, como inclusão dos servidores do Plano da Carreira do Meio Ambiente, melhores condições de trabalho e a realização de concurso público. Segundo a entidade, a greve é uma resposta às negociações que se arrastam sem uma resposta satisfatória do governo e o fim da mesa de negociações, informado pelo Ministério da Gestão e Inovação (MGI).

Quando os trabalhadores entraram em greve, a Advocacia Geral da União (AGU), em nome do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) e do ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade), entrou com a ação no STJ alegando a ilegalidade da paralisação.

A greve já atinge mais de 20 estados, mas, a fim de atender às áreas consideradas essenciais, a categoria manteve seis setores funcionando em regime especial. Assim, as ações de combate a incêndio seguiriam 100%, em especial pelo recorde de fogo no pantanal, e operações de caráter emergencial, como em desastres, cuidado a animais resgatados e o cuidado a unidades de conservação contra demandas que pudessem colocar em risco imediato as comunidades tradicionais, a biodiversidade e os recursos naturais.

Mesmo com essas medidas no encaminhamento da greve, a AGU continuou questionando a decisão de a fiscalização só atuar em casos emergenciais ou de risco à vida, e o setor de licenciamento, funcionando com 10% de sua capacidade e para urgências.

De acordo com a Ascema, os questionamentos da AGU são injustificáveis contêm "explicações absolutamente mentirosas sobre o que seria atividade essencial". "Apenas para citar alguns exemplos, turismo em UCs [unidades de conservação] não é uma atividade essencial, assim como o licenciamento de empreendimentos agropecuários", diz a Ascema.

HP CHARGE DO ÉTON

AFP

Destroços do avião da Boeing na Etiópia

Boeing confessa culpa por acidentes com 737 Max e é multada em US$ 487 mi

Seis anos após o primeiro dos dois acidentes fatais com o 737 Max que mataram 346 pessoas, a Boeing se declarou culpada de "conspiração para fraudar o governo federal dos Estados Unidos", no caso, a Administração Federal de Aviação (FAA), a agência reguladora do setor de aviação, durante a certificação desse modelo, e irá pagar uma multa de US$ 487 milhões, conforme acordo com o Departamento de Justiça que será formalizado em tribunal nos próximos dias.

Como é amplamente sabido, o 737 Max tinha um erro de projeto que fazia o avião se desgovernar e se esborrachar, tendo seus voos proibidos por meses no mundo inteiro, após os desastres na Etiópia e na Indonésia, e a Boeing escondeu os problemas da FAA, das linhas aéreas e dos pilotos, para não atrapalhar o cronograma de produção e lucros.

A confissão vem se somar à enxurrada de escândalos envolvendo a Boeing desde então. Uso, na fabricação, de peças rejeitadas no controle de qualidade; portas que se soltam em pleno voo; e até uso de titânio falsificado. Além da inusitada procissão de mortes súbitas de denunciantes dos malfeitos da corporação.

Ao que se somam uma enorme perda na disputa com a Airbus, prejuízos, queda no valor das ações e renúncia de executivos flagrados.

Segundo o jornal The New York Times, a Boeing será colocada em "liberdade condicional" por três anos sob supervisão de um tribunal do Distrito Norte do Texas e terá ainda de aplicar pelo menos US$ 455 milhões a título de reforçar seus programas de conformidade e segurança.

As famílias das vítimas, que foram informadas sobre os termos gerais do acordo há uma semana, se declararam "muito decepcionadas" e pediram ao tribunal sua rejeição, segundo seu advogado.

"Este acordo indulgente falha em reconhecer que, devido à conspiração da Boeing, 346 pessoas morreram. Através de uma advocacia astuta entre a Boeing e o Departamento de Justiça dos EUA, as consequências mortais do crime da Boeing estão sendo ocultadas", frisou Paul G. Cassell, advogado de mais de uma dúzia de famílias.

"Muito mais evidências foram apresentadas nos últimos cinco anos para mostrar que a cultura da Boeing de colocar o lucro acima da segurança não mudou", disse em comunicado o advogado Robert A. Clifford.

FAMÍLIAS QUEREM JULGAMENTO

As famílias querem, ainda, que os culpados sejam levados a julgamento. Foi por decisão da alta direção da Boeing, em prol dos lucros planejados, que se optou por improvisar um sistema automatizado para corrigir um erro de projeto, o deslocamento do centro de gravidade do avião, ao usar turbinas maiores, sobre o qual sequer os pilotos foram devidamente informados ou a FAA, no afã de manter sua fatia de mercado da aviação civil na disputa com a Airbus, com o tenebroso resultado que se conhece.

Enquanto o Departamento de Justiça multou agora a Boeing, no caso das 346 mortes nos dois 737 Max que caíram, em US$ 487 milhões (o máximo, segundo a lei), pela explosão da porta a empresa pagou US$ 160 milhões à Alaska Airlines.

As famílias das vítimas poderão falar na audiência em que a Boeing formalizará sua confissão pelos acidentes. Caberá ao tribunal determinar às famílias.

Esse acordo não protege a Boeing de acusações que possam surgir de outras investigações, como a porta de um 737 Max da Alaska Airlines que estourou em pleno voo, nem proporciona imunidade a executivos ou funcionários.

ATÉ TITÂNIO PIRATA

Enquanto as denúncias de uso de "peças defeituosas e forjadas" e do descumprimento dos protocolos de qualidade e de segurança se multiplicavam, agora a Boeing admitiu à FAA ter utilizado "titânio falsificado" na fabricação de jatos comerciais.

O incidente veio à tona quando um dos seus fornecedores detectou orifícios nas peças das aeronaves devido à corrosão prematura do material.

Os componentes de titânio teriam documentação falsificada e estão sendo investigados pela FAA e pela Spirit AeroSystems, que fornece fuselagens para a Boeing e asas para a Airbus.

"Estamos removendo todas as peças afetadas antes da entrega e garantindo que nossa frota em serviço continue a voar com segurança", declarou um porta-voz da Boeing.

Em abril, a Boeing havia comunicado à FAA sobre registros de inspeção potencialmente falsificados relacionados às asas dos aviões 787 Dreamliner e que inspeções necessárias envolvendo as asas do jato poderiam faltar, tornando necessário reinspecionar alguns dos Dreamliners ainda em produção.

"Assim que percebemos que o titânio falsificado entrou na cadeia de suprimentos, imediatamente confinamos todas as peças suspeitas para determinar o escopo dos problemas", asseverou o porta-voz da Spirit AeroSystems, Joe Buccino. Segundo a FAA, a investigação segue em andamento.

Chacina de Netanyahu em Gaza deixa 90 palestinos mortos e 300 feridos

AFP/Ansa

Equipes de resgate e populares buscam sobreviventes entre os escombros

"Eu não conseguia dizer o que acontecia. Olhei ao redor, todas as outras tendas estavam derrubadas, corpos por todo lado, mulheres idosas jogadas no chão, crianças em pedaços", descreveu o sobrevivente Sheikh Youssef

Após Israel ter obrigado os palestinos a abandonar o norte da Faixa de Gaza e a se concentrarem em Al-Mawasi – designada pelo próprio governo de Benjamin Netanyahu como "zona humanitária" -, o Exército de ocupação disparou mísseis neste sábado (13) contra os refugiados nas tendas e também explodiram prédios.

Pessoas deslocadas abrigadas na área disseram que suas tendas foram derrubadas pela força dos mísseis, descrevendo o horror de corpos e partes de corpos espalhados no chão. "Eu não conseguia nem dizer onde estava ou o que estava acontecendo. Saí da tenda e olhei ao redor, todas as outras estavam derrubadas, partes de corpos, corpos por todo lado, mulheres idosas jogadas no chão, crianças pequenas em pedaços", disse Sheikh Youssef, morador da Cidade de Gaza que atualmente está deslocado na área de Al-Mawasi ao relatar o morticínio de civis, divulgado pela agência de notícias Sputnik.

Direcionado ao coração do local, a oeste da cidade de Khan Younis, a carnificina deixou pelo menos 90 mortos, 300 feridos e ainda mantém sob os escombros dos prédios atacados, um número indefinido de palestinos. Inicialmente foram divulgadas 71 mortes e 295 feridos, depois atualizados às 15 horas deste sábado pela Sputnik.

Conforme o Crescente Vermelho conseguiu apurar logo após o término dos ataques, ambulâncias transportaram ao menos 32 corpos – a maioria crianças e mulheres – e 102 feridos para os hospitais da região. Desesperado, relatou à reportagem da CNN, que "os moradores também transportam as vítimas para os hospitais em automóveis, carroças puxadas por animais e nos próprios ombros".

"Ainda há muitos corpos de mártires espalhados nas ruas, sob os escombros e entre as tendas dos deslocados, inacessíveis devido à intensidade dos bombardeios com que a ocupação atingiu o local", disse o porta-voz da Defesa Civil, Mahmoud Basal, descrevendo o que aconteceu como um "novo massacre".

De acordo com o Ministério da Saúde de Gaza, os hospitais Kuwait e Nasser estão enfrentando sérias dificuldades para lidar com o elevado número de feridos. A prioridade tem sido os casos mais graves – com muitas amputações -, diante da destruição de hospitais e postos de saúde, da morte de profissionais e da falta de medicamentos, perpetrados por Netanyahu o início de outubro.

O diretor do hospital Kuwait, em Rafah, Suhaib al-Hams, descreveu a situação como um "verdadeiro inferno", ainda mais porque a maioria dos ferimentos exige maior tempo de acompanhamento e há superlotação.

Com o banho de sangue, Israel reforça sua política de transformar Gaza de maior campo de concentração do mundo na principal zona de extermínio. Fontes palestinas apontaram que três mísseis atingiram o centro da área humanitária, superpovoada pelo deslocamento forçado desde o início da operação militar israelense. No mês de maio, a Organização Mundial da Saúde (OMS) estimou que de 60.000 a 75.000 pessoas sobreviviam no campo de refugiados em condições precárias.

Como é de praxe, após colocar em prática sua política de extermínio, as tropas de ocupação de Netanyahu alegaram ter como alvo os "terroristas" Mohamed Deif, comandante das Brigadas al-Qassam, da ala militar do Hamas, e o oficial de Khan Yunis, Rafi Salama.

Negando a versão israelense de que Deif e Salama seriam os alvos, o Hamas chamou as mortes de "massacre horrível". "As alegações da ocupação de que o alvo eram os líderes são falsas, e esta não é a primeira vez que a ocupação afirma ter como alvo os líderes palestinos apenas para que as suas mentiras sejam expostas mais tarde", concluiu o comunicado.

Agência da ONU para Refugiados Palestinos já teve 195 funcionários mortos por Israel

ONU/Eskinder Debebe

Guterres: "Protejam a UNRWA, seu pessoal, seu mandato

Segundo a ONU, 96% da população em Gaza enfrenta uma "situação de emergência alimentar ou catastrófica" e dois milhões estão vivendo um "inferno na Terra".

"Não há alternativa para a Agência das Nações Unidas para os Refugiados Palestinos (UNRWA)", afirmou na sexta-feira (12) o secretário-geral da organização, António Guterres, em um apelo para impedir o colapso dessa organização que tem fundos apenas até agosto para socorrer cerca de dois milhões de pessoas afetadas pelos ataques do governo de Benjamin Netanhyahu em Gaza.

"Meu apelo é: protejam a UNRWA, seu pessoal, seu mandato, inclusive com financiamento", porque seu trabalho "é um dos grandes fatores que traz esperança e estabilidade a uma região convulsionada", instou Guterres, durante uma conferência com doadores na sede da ONU em Nova York

O chefe da ONU disse que a UNRWA não foi poupada: "195 funcionários da UNRWA foram mortos, o maior número de mortos de funcionários na história da ONU".

"O nível extremo de combate e devastação é incompreensível e injustificável e o nível de caos está afetando todos os palestinos em Gaza e todos aqueles que tentam desesperadamente levar ajuda a eles. Quando pensamos que não poderia piorar em Gaza – de alguma forma, de maneira terrível, os civis estão sendo empurrados para círculos cada vez mais profundos do inferno", disse o secretário-geral.

PAÍSES APOIAM UNRWA

O Comissário-Geral da UNRWA, Philippe Lazzarini, frisou no início da conferência que a agência só tinha fundos para operar até agosto. No final, ele disse aos repórteres que, embora o valor total das promessas não seja conhecido até a próxima semana, está confiante de que haverá dinheiro suficiente no orçamento anual de US$ 850 milhões para manter a agência funcionando até o final de setembro, e fez referencia à declaração da Ministra das Relações Exteriores da Eslovênia, Tanja Fajon, que anunciou que 118 países assinaram uma declaração de forte apoio à UNRWA.

Os 30 mil funcionários da UNRWA fornecem educação, cuidados de saúde primários e outras atividades de desenvolvimento para cerca de 6 milhões de refugiados palestinos em Gaza, Cisjordânia, Jordânia, Líbano e Síria. Nos próximos meses, Lazzarini disse que a UNRWA buscará recursos para manter suas operações até dezembro.

Lazzarini condenou a ofensiva militar contínua de Israel em Gaza, que afetou toda a população de refugiados palestinos.

Segundo a ONU, 96% da população em Gaza enfrenta uma "situação de emergência alimentar ou catastrófica", e dois milhões estão, também nas palavras de Lazzarini, vivendo um "inferno na Terra".

Multidão faz 'marcha pela democracia' na Bolívia para apoiar o presidente Luis Arce

AFP

A Marcha foi convocada pela Central Obrera

Milhares de bolivianos realizaram uma marcha pelas ruas de La Paz, na sexta-feira (12), para manifestar apoio ao presidente Luis Arce e condenar a tentativa de golpe do último dia 26 de junho. A manifestação ocorreu num momentro em que, apesar do fracasso do golpe e da prisão imediata do general golpista Juan Zúñiga, o ex-presidente Evo Morales insiste que a tentativa foi uma fraude montada pelo governo, em sintonia com o que disse Zúñiga, na noite de sua prisão. Até agora, em toda a comunidade internacional, apenas o fascista Milei apoiou essa versão sem indícios, evidências nem provas.

"Lucho, você não está sozinho!", gritaram manifestantes da "marcha pela democracia", convocada pela Central Obrera Boliviana (COB) e sindicatos de camponeses. A marcha teve início na cidade de El Alto e chegou até Plaza Murillo, no centro de La Paz, onde fica o palácio presidencial, onde expressaram repúdio à tentativa de golpe de 26 de junho.

A massiva manifestação em apoio ao governo aconteceu um dia após um confronto entre a apoiadores de Morales e os do presidente Arce, após uma reunião convocada pelo Tribunal Supremo Eleitoral para tratar das eleições de 2025.

Arce disse aos manifestantes em seu pronunciamento em frente ao Palácio Quemado que "os golpistas têm que ouvir aqui na Plaza Murillo que o povo boliviano não permitirá que os golpistas prevaleçam".

O presidente Arce afirmou, ainda, que saiu para defender seu governo durante o cerco em 26 de junho porque este é o seu dever e acrescentou que há outros interesses por trás da dessa tentativa de uma minoria antidemocrática. "Sempre por trás de um golpe de Estado existem interesses econômicos e sempre em nosso país tivemos que enfrentar golpes de Estado porque queriam tirar nossos recursos naturais", denunciou Arce.

Em paralelo às manifestações, Arce apresentou projeto de construção de 150 unidades industriais, mantendo o curso desenvolvimentista de seu governo, que tornou a Bolívia no país que mais cresce no continente por anos consecutivos.

A Bolívia também anuncia a descoberta de nova jazida de gás ao norte de La Paz.

Nova Frente Popular antifascista repele a manobra de Macron e exige o cargo de premiê

A Nova Frente Popular, que venceu as eleições legislativas na França no domingo passado, repeliu na quinta-feira (11) a recusa do presidente Emmanuel Macron de nomear um primeiro-ministro procedente das fileiras da coligação que elegeu maior número de deputados.

Em uma carta publicada na imprensa francesa na quarta-feira (10), desde Washington, para onde foi para participar da cúpula de guerra da Otan, Macron fez a acintosa declaração de que "ninguém venceu" as eleições de domingo, instando as "forças republicanas" a construírem "uma maioria sólida para o país", enquanto recusava a demissão do primeiro-ministro macronista, Gabriel Attal.

Macron exigiu implicitamente que a maior força da NFP, a França Insubmissa, fosse excluída do governo a ser formado.

Uma manobra cínica, tentando virar a mesa e dividir a NFP, que além de ter ficado em primeiro lugar, foi também quem teve a iniciativa política e amplitude capaz de deter o ascenso da extrema-direita, aliás, inflado pelo neoliberalismo de Macron, com medidas como a elevação da idade mínima de aposentadoria, e por sua sabujice aos EUA, à guerra e às sanções.

Aliás, foi manobra anterior de Macron, ao ser fragorosamente derrotado nas eleições para o Parlamento Europeu, de antecipação das eleições legislativas que ocorreriam naturalmente em 2027, que colocou a França à beira de ser governada por Marine Le Pen e seus partidários xenófobos e racistas.

O líder socialista Olivier Faure acusou o presidente de não "respeitar o voto dos franceses", enquanto Jean-Luc Mélenchon, da França Insubmissa, denunciou que Macron "se recusa a reconhecer o resultado das urnas, que coloca a Nova Frente Popular na liderança em número de votos e mandatos (…) É o retorno do veto real ao sufrágio universal".

A principal central sindical francesa, a CGT, convocou os franceses a irem às ruas em 18 de julho, dia da primeira sessão da Assembleia Nacional, "para que o resultado da eleição seja respeitado".

"Temos a impressão de ver Luís XVI preso em Versalhes", disse sua líder, Sophie Binet, referindo-se ao monarca guilhotinado em 1793 durante a Revolução.

"Não se pode ganhar e perder ao mesmo tempo", disse a líder dos ambientalistas, Marine Tondelier, acusando Macron de ignorar os resultados das eleições, em prejuízo da democracia e do país.

Até mesmo madame Le Pen chamou a carta de Macron de "circo vergonhoso".

Leia matéria na íntegra em: www.horadopovo.com.br

Donald Trump é o 16º presidente ou candidato dos EUA a sofrer atentado

Protesto contra os crimes sexuais de militares dos EUA em Okinawa

Okinawa repudia descaso de Tóquio com crimes sexuais de militares dos EUA

Protestos eclodiram em Okinawa após revelações de que o governo japonês ocultou informações sobre agressões sexuais de tropas americanas contra mulheres locais, com moradores expressando indignação e exigindo maior responsabilização de Tóquio.

O problema surgiu no final do mês passado, gerando comoção devido a relatos de que dois militares americanos haviam sido acusados de agressões sexuais meses antes.

Ambos os casos foram relatados pela primeira vez na mídia local no final do mês passado. Em uma prisão feita em março, um membro da força aérea dos EUA foi acusado de sequestro e agressão sexual de uma adolescente, e em maio um fuzileiro naval dos EUA foi preso sob acusações de tentativa de estupro resultando em ferimentos. Mais detalhes sobre as supostas vítimas não foram divulgados.

A polícia de Okinawa disse que não anunciou os casos por considerações de privacidade relacionadas às vítimas. O Ministério das Relações Exteriores, por decisão da polícia, também não notificou as autoridades da prefeitura de Okinawa.

Diante da indignação da população com o descaso do governo de Tóquio com esses crimes dos militares norte-americanos, parlamentares da província do Sul do Japão aprovaram por unanimidade resolução em repúdio aos reiterados crimes de violência sexual perpetrados pelos militares americanos.

Contundente, o documento exige do governo norte-americano um pedido de desculpas e o pagamento de indenização às vítimas, bem como cuidados de saúde mental diante dos horrores praticados pelos soldados.

Nos casos mais recentes, um membro da Aeronáutica estadunidense foi denunciado pelo estupro de uma adolescente em dezembro, e em maio, um fuzileiro naval foi acusado de agressão sexual a uma jovem de 21 anos.

Direcionado ao governo dos EUA e também ao embaixador Raham Emanuel, a decisão afirma que violência sexual é um crime hediondo que viola a dignidade humana e não pode ser tolerado nem pelas leis nem pela Justiça de nenhum dos países.

De forma enfática, a resolução defende que os EUA – que contam com 50 mil soldados no Japão, 25 mil somente em Okinawa – apresente aos residentes medidas concretas e eficazes para evitar reincidências, uma vez que os relatos são cada vez mais sombrios.

Também dirigida ao governo japonês e ao primeiro-ministro Kishida Fumiol, o documento assinala que as autoridades investigativas e o Ministério dos Negócios Estrangeiros falharam ao não fornecer ao governo de Okinawa e aos municípios locais informações sobre a gravidade dos incidentes.

(Reprodução)

Trump é retirado do palanque por seguranças logo após ser ferido na orelha

Desta vez foram foram oito disparos. Identificado como Thomas Matthew Crooks, de 20 anos, registrado como republicano, ele disparou de um telhado com um fuzil, a 130 metros do palanque

De acordo com relatório do Serviço de Pesquisa do Congresso norte-americano de 2008, já haviam ocorrido ataques diretos a presidentes, presidentes eleitos e candidatos a presidente em outras 15 ocasiões distintas, que resultaram nas mortes de quatro presidentes, entre eles, Abraham Lincoln e John Fitzgerald Kennedy, e um candidato, seu irmão Bob.

Também o presidente Franklyn Roosevelt foi alvo de um atentado em 1933, quando quem foi morto foi o prefeito de Chicago. Em 1983, o presidente Reagan foi gravemente baleado por um desequilibrado mental e escapou por pouco.

Agora contra Trump, foram feitos oito disparos de fuzil semiautomático, até que o atirador fosse abatido pelo serviço secreto, com o ex-presidente ferido de raspão na orelha.

Depois identificado como Thomas Matthew Crooks, de 20 anos, registrado como republicano, ele disparou desde um telhado fora do perímetro oficial do comício com um fuzil semiautomático do tipo AR-15, a apenas 130 metros do palanque.

Por alguma razão, o atirador pôde se arrastar até o telhado e de lá mirar na cabeça de Trump. Chegou a ser visto por espectadores do comício, que tentaram alertar a polícia. Um ex-chefe de bombeiros na plateia foi atingido por uma das balas e morto; outras duas pessoas ficaram feridas e estão em estado grave. Butler é uma pequena cidade de 13 mil habitantes a 56 km de Pittsburg.

O secretário do Departamento de Segurança Interna (Homeland), Alejandro Mayorkas, prometeu uma "investigação" das indisfarçáveis falhas, o que também está sendo cobrado pela Câmara, controlada pelos republicanos, enquanto o presidente Biden, em discurso no domingo desde a Casa Branca, pediu para acalmar os ânimos.

A foto de Trump, com a orelha e o rosto ensanguentados, os agentes à sua volta e uma bandeira norte-americana ondulando, já virou ícone dos republicanos e de sua campanha de arrecadação. Até as ações na bolsa do grupo Trump deram uma subida.

LISTA EXTENSA

O primeiro da lista de assassinados foi Lincoln em 1865, após a vitória do Norte na Guerra Civil sobre os confederados e o fim da escravidão, no famoso atentado de John Wilkes Booth no teatro Ford. Em 1881, foi a vez do republicano James Garfield, baleado na Estação Ferroviária de Baltimore e Potomac, pelo integrante de uma facção de oposição no partido. Garfield morreu meses depois devido aos ferimentos. A propósito, a primeira tentativa de atentado foi em 1835, contra o então presidente Andrew Jackson, mas fracassou.

No século 20, os atentados são retomados em 1901, quando o presidente republicano William McKinley foi baleado e morto em uma feira internacional em Buffalo (NY) por um anarquista, Leon F. Czolgosz. Em 1912, o ex-presidente Theodore Roosevelt – aquele do "fale macio e com um grande porrete na mão" -, escapou quase milagrosamente de um atentado a bala, mas não se reelegeu.

Em 1933, um ataque a tiros contra o presidente eleito democrata Franklin D. Roosevelt, não o acerta mas fere fatalmente o prefeito de Chicago, Anton Cermak. Em 1950, um policial da Casa Branca foi morto e outros dois ficaram feridos em atentado cometido pelo partidário da independência de Porto Rico contra o então presidente Harry Truman.

Em 1963, o assassinato do presidente JFK em Dallas à vista do mundo, que chocou a todos, ocorreu em um quadro de enorme crise nos EUA, diante do levante dos negros contra o apartheid, o envolvimento no Vietnã, a ameaça de guerra nuclear, cujo auge foi a chamada Crise dos Mísseis, além dos avanços dos movimentos anticoloniais e da revolução cubana.

O que se desdobraria numa série de assassinatos correlatos: em 1968, o irmão de JFK, Robert Kennedy, após vencer a convenção primária democrata, e Martin Luther King; Malcom X, três anos antes. Em 1972, George Wallace, um expoente da ala democrata pró-Jim Crow, foi ferido e ficou paralítico em um ataque.

Contra Gerald Ford, que após o Watergate concluiu o mandato de Richard Nixon, do qual era vice, foram duas tentativas: escapou ileso. Em 1981, atentado cometido por um doente mental feriu Ronald Reagan. Outros alvos de atentados fracassados incluem Bill Clinton, em 1994; e o ex-presidente Bush Pai, em 2005, em uma viagem ao exterior.

A Reuters registrou que entre 2021 e 2023 a violência política "emanou mais frequentemente da direita americana" e que "ataques a pessoas – de espancamentos a assassinatos – foram perpetrados principalmente por suspeitos agindo em serviço de crenças e ideologias políticas de direita".

ARQUIVAMENTO

Trump disse na segunda-feira que o arquivamento de seu caso de documentos confidenciais "deveria ser apenas o primeiro passo" e pediu que seus outros casos também fossem arquivados, que, segundo ele, seriam ataques políticos e uma interferência eleitoral coordenada pelo "Departamento de Justiça Democrata".

Em suma, Trump está aproveitando para ver se reverte ou adia condenações que já sofreu, como por inflar fraudulentamente os valores de suas propriedades, as 34 acusações criminais de falsificação de contas comerciais, o estupro de E. Jean Carroll e o caso federal referente ao "me arranja 11.000 votos aí", na Geórgia.

"ENFORQUEM PENCE"

Aproveitando o momento e a foto, Trump tenta fazer de conta que ninguém ouviu a multidão que invadiu o Capitólio em 2021 para fraudar a eleição gritando "enforquem Pence" e caçando nos corredores a presidente da Câmara, "Nancy, venha brincar".

Nem suas conclamações à invasão propriamente ditada "lutem como o inferno", com os parceiros dos Proud Boys de tropa de choque na tentativa de impedir a certificação do vencedor no Colégio Eleitoral.

Trump também não descartou a possibilidade de violência política se perdesse a eleição de novembro. "Se não ganharmos, você sabe, depende", disse ele quando perguntado pela revista Time em abril se esperava violência após a eleição de 2024. Ele também se recusou a aceitar incondicionalmente os resultados da próxima eleição e alertou sobre um "banho de sangue" se perdesse.

Leia mais no site do HP

Arrocho e recessão de Milei destroem 10 mil empresas em apenas seis meses

A associação Empresários e Empresárias Nacionais para o Desenvolvimento Argentino (Enac) afirmou que o presidente Javier Milei pôs em marcha o "genocídio de Pequenas e Médias Empresas (PMES)", totalizando mais de 10 mil fechadas desde a sua chegada na Casa Rosada em dezembro de 2023. "Destruir as PMEs é destruir a base do patrimônio nacional para voltar a ser uma colônia estrangeira", condenou a entidade.

Na avaliação dos empresários, a devastação que vem sendo feita é resultado de uma "recessão ordenada pelo presidente Milei e rigorosamente executada pelo ministro Devedor da Economia, Luis Caputo". Assim, acrescentam, "passamos de um país receptor que criava 8.600 empresas por ano a ser um que destrói o seu equivalente na metade do tempo. A situação tornou-se grave para os homens e mulheres que produzem e geram trabalho na Argentina".

Para a ENAC, "a pobreza e o subdesenvolvimento do nosso país são proporcionais ao desenvolvimento e à riqueza dos países que, através da dívida, se apropriam dos nossos recursos naturais e do talento argentino".

O levantamento foi feito com base nas estatísticas divulgadas pelo Instituto Nacional de Estatística e Censos (Indec) e nos dados fornecidos pelo Ministério do Trabalho sobre demissões no setor privado (-69 mil empregos), pela Receita Pública Federal e pelo Banco Central – que informou que 350 mil salários deixaram de ser pagos. Os números dão a dimensão do buraco em que Milei jogou o país a partir da mega desvalorização de dezembro de 2023 e da política de arrocho fiscal adotada, responsável pela queda de vendas no varejo de 21,9% em junho.

E se no campo econômico a situação é tensa, revelou o presidente da entidade, Leo Bilanski, o impacto do ponto de vista social é evidente: por cada empresa fechada cerca de 10 pessoas "ficam na rua", amargando o desemprego. "Como é a coisa? Quem paga o custo da situação em que se encontra a Argentina?", questionou o dirigente da Enac, após a persistência de Milei em colocar o governo a serviço das transnacionais.

Segundo o ENAC, estão sendo destruídas diariamente 50 pequenas e médias empresas no país, que ruma em direção ao precipício, com o aumento da desnacionalização, do desemprego e do poder de compra dos trabalhadores. O fato, aponta a entidade, é que a Argentina está sem "plano nem rumo econômico que gere certeza sobre o clima de negócios para podermos desenvolver a nossa atividade em paz".

Por isso, a associação recordou ter advertido o Congresso Nacional e o governo que "esta não era a saída para os problemas do país". Infelizmente, afirmam os empresários, "não fomos ouvidos e agora o estrago está feito".

"Acreditar em legislar para o capital estrangeiro ou promover pactos de refundação e grandes alquimias econômicas pode disfarçar a pobreza, o desemprego, a queda do poder de compra por um lado e por outro esconder o verdadeiro saque do erário público", condenou o Enac. Saque perverso, concluiu o comunicado, "que estão reestruturando com a dívida externa e a entrada através do regime de investimentos (Rigi) em fundos abutres e especulativos para roubar mais uma vez os nossos recursos naturais, como há 200 anos".

Trabalhadores da Samsung: 'greve por aumento salarial'

O sindicato de trabalhadores da Samsung Electronics na Coreia do Sul, que representa mais de 30.000 funcionários, anunciou na quarta-feira (10) uma "greve geral por tempo indeterminado" para pressionar a direção da gigante do setor de tecnologia a negociar aumentos salariais.

Dias depois que a empresa, sem se importar com os trabalhadores, anunciou que conseguiu multiplicar por dez o seu lucro operacional no primeiro trimestre deste ano, e espera-se um grande aumento no segundo, a greve, a maior na história da empresa, reivindica aumento salarial de 5,6% para todos os trabalhadores, bônus transparentes baseados no rendimento, compensações pelas perdas econômicas sofridas com a greve e um dia de folga na data de aniversário do sindicato.

A Samsung Electronics é a principal filial do Samsung Group, a maior dos conglomerados que dominam os negócios da quarta economia asiática, a maior fabricante de chips de memória do mundo e responsável por uma parte significativa da produção global de chips de última geração utilizados na Inteligência Artificial (IA) generativa.

Mais de 5 mil membros do sindicato iniciaram uma paralisação geral de três dias, na segunda-feira (8), e, como a empresa não aceitou as reivindicações, o Sindicato Nacional Samsung Electronics em um comunicado informou: "Declaramos uma segunda greve geral, por tempo indeterminado, a partir de 10 de julho, depois de compreender que a gerência não tem disposição para conversar depois da primeira greve".

O sindicato, que tem mais de 30 mil membros, o que representa mais de 20% da força de trabalho da empresa, já realizou uma greve de 24 horas em junho, a primeira na história da empresa, que não tinha sindicato até 2019.

"A Samsung Electronics garantirá que não aconteçam interrupções nas linhas de produção", declarou um porta-voz da corporação. "A empresa continua comprometida em manter negociações de boa-fé com o sindicato", blefou.

Leia a íntegra no site

"Hospital de Kiev foi atingido por míssil da defesa ucraniana", afirma representante da Rússia na ONU

O embaixador permanente da Rússia na ONU, Vasily Nebenzia, responsabilizou a defesa aérea ucraniana por atingir com seu próprio míssil um hospital infantil em Kiev, declarando que, se um míssil de cruzeiro russo tivesse atingido o edifício, "não restaria mais nada".

Em um discurso ao Conselho de Segurança da ONU na terça-feira (9), o médico Vladimir Zhovnir, diretor do hospital infantil Okhmatdyt de Kiev, acusou a Rússia de atacar deliberadamente a instalação no dia anterior.

Duas pessoas morreram e dezenas ficaram feridas na explosão, afirmou Zhovnir, chamando o incidente de "não apenas um crime de guerra, [mas] muito além do limite da humanidade". A acusação foi repercutida pela mídia imperial.

Em sua resposta, Nebenzia perguntou se Zhovnir entendia que, "se fosse um míssil russo, não haveria mais nada do prédio?" "Crianças e adultos teriam morrido em vez de ter sido feridos."

A observação de Nebenzia tem como fundamento que o míssil de cruzeiro russo Kh-101, usado de acordo com a mídia de Kiev no ataque à fábrica de mísseis ucraniana Artyom.

Esse míssil que, segundo os ucranianos teria sido utilizado contra o hospital, tem uma carga explosiva de 850 kg, o que não se coaduna com vídeos e fotos do hospital atingido, e a inexistência de uma cratera.

Nebenzia afirmou que as forças russas atacaram a fábrica de mísseis Artyom em Kiev na segunda-feira e que "esse alvo foi atingido". Segundo a imprensa russa, a fábrica foi atingida por três a seis mísseis e ardeu por cinco horas.

"Uma vez que a fábrica de armas está localizada a cerca de 2 km do hospital infantil, há todas as razões para acreditar que o míssil de defesa aérea ucraniano que o atingiu foi destinado a um míssil russo que atingiu a usina", frisou o embaixador russo na ONU.

AFP

Representante da Rússia na ONU, Vasily Nebenzya

"Tragédias como a do Hospital Infantil Okhmatdet, em Kiev, poderiam ter sido evitadas se a Ucrânia não tivesse implantado defesas aéreas em bairros residenciais, em violação do direito humanitário internacional, acrescentou Nebenzia. "No entanto, os seus patrocinadores ocidentais preferem desviar o olhar relativamente a esse fato".

Um vídeo filmado à distância por uma testemunha, não mostra um Kh-101 de acordo com os russos, mas um míssil de sistema antiaéreo, possivelmente um NASAM fornecido pela Noruega, embora não se descarte um míssil de interceptação norte-americano. O embaixador russo na ONU acrescentou que Moscou espera um esclarecimento do governo norueguês sobre o caso.

Na realidade, o vídeo amador feito sobre o ataque russo à fábrica de armas a 2 quilômetros da clínica, em que são vistos os mísseis caindo verticalmente sobre a Artyon, acaba registrando a aparição de outro míssil, vindo do oeste, menor e mais estreito, que atinge o hospital infantil.

Além das proporções e comprimento, outras características dos dois tipos de míssil também diferem, como a trajetória, força das explosões e danos dos estilhaços.

Um comentarista do Donbass, Roman Donetsky, destacou que a hipótese do míssil antiaéreo é a mais provável "devido à natureza visível dos danos à estrutura. Eles são relativamente pequenos; um impacto do Kh-101 russo teria destruído completamente todo o edifício e deixado uma cratera. Os estilhaços claramente visíveis nas fotos também apontam para um míssil antiaéreo".

Leia mais no site

“Lula, Haddad e o déficit zero”, por Paulo Kliass

“O que se espera é que Lula reconheça de uma vez por todas que a estratégia de seu Ministro da Fazenda estava equivocada desde o início. O governo precisa, de forma urgente, anunciar seu recuo na meta de zerar o déficit primário”

PAULO KLIASS*

Foto divulgação

A insistência do Ministro da Fazenda para com a política de austeridade fiscal parece nunca ter limite. A cada nova semana, o responsável pela política econômica do terceiro mandato de Lula apresenta uma novidade em sua tentativa de fazer crer à turma do financismo a respeito de sua vocação sincera para a prática do bom mocismo. Essa ladainha vem de longe e começou ainda antes da posse do seu chefe. Ele nunca perde a oportunidade de reafirmar seu compromisso, e também do governo, com a tal da responsabilidade fiscal.

Fernando Haddad parece ter sido o principal responsável pelo convencimento do Presidente quanto à não necessidade de pura e simplesmente se promover a revogação do teto de gastos. Esta excrescência, introduzida na Constituição em 2016 ainda à época de Temer e Meirelles, determinava o congelamento dos gastos primários pelo longo período de duas décadas – de 2017 a 2036. Como Lula havia prometido ao longo da campanha eleitoral que seria necessário revogar a EC nº 95, o professor do INSPER tratou de entrar em campo logo depois que os resultados do pleito foram conhecidos, sempre com a missão de evitar que a medida contrária aos interesses do sistema financeiro fosse levada em frente.

Sob o argumento da importância de se aprovar uma PEC da Transição que assegurasse ao novo governo ainda em 2023 os recursos necessários ao cumprimento de seus compromissos com as políticas públicas voltadas à maioria da população, o futuro titular da Fazenda introduziu um jabuti mui malandro na medida. Assim, por meio do disposto no art. 6º da EC 126, ficou estabelecido que o teto de gastos só seria efetivamente revogado depois que fosse sancionada uma lei complementar tratando daquilo que veio a ser conhecido como Novo Arcabouço Fiscal.

HADDAD: COMPROMISSO COM A AUSTERIDADE

O prazo que o governo tinha para apresentar o novo dispositivo era o mês de agosto do ano passado, mas Haddad convenceu Lula a antecipar a apresentação do projeto de lei complementar ao Congresso Nacional para abril de 2023. A preocupação do Ministro em assegurar sua suposta seriedade no combate aos maus resultados fiscais levou o governo a atropelar os prazos e a não promover um amplo debate de uma questão tão relevante como aquela para o conjunto da sociedade brasileira. Para elaborar o texto, Haddad ouviu apenas e tão somente as contribuições do Presidente do Banco Central (BC) – Roberto Campos Neto – e de alguns poucos presidentes de bancos privados. Desta forma, o resultado foi o envio de uma proposta que praticamente trocava seis por meia dúzia. O espírito austericida do teto de gastos de Temer permanece na Lei Complementar nº 200, uma vez que se mantém no novo arcabouço a busca por resultados positivos no balanço primário das contas orçamentárias e a redução relativa das despesas públicas de uma forma geral.

Não satisfeito com tamanha propensão pelo rigor na austeridade, Hadddad também convenceu seu chefe a se comprometer com o objetivo absurdo de “zerar o déficit primário” em 2024. Ora, na sequência de um exercício que havia apresentado um resultado deficitário de R$ 230 bilhões nas contas não-financeiras, parecia óbvio que tal esforço fiscal significaria uma brutal compressão das despesas de natureza social. Tal cavalo de pau nas contas públicas não fazia nenhum sentido, seja em termos políticos, seja em termos econômicos.

Afinal, todos sabíamos que o presente ano incluía as eleições municipais por todo o território nacional como agenda política fundamental. Propor medidas de contenção de gastos em um momento como esse não contaria com a boa vontade do conjunto do sistema político, independentemente da coloração partidária ou ideológica dos envolvidos. Por outro lado, em termos estritamente econômicos, a brutal reversão da orientação fiscal em poucos meses teria um efeito contracionista e impediria a retomada do programa desenvolvimentista, tal como prometido por Lula durante a campanha eleitoral. No entanto, a obsessão de Haddad em cumprir com a armadilha que ele mesmo havia imposto ao governo, tem impedido que alguma proposta de flexibilização da meta austericida seja apresentada pelo Executivo ao Legislativo.

LANO A, PLANO B, PLANO C: CORTAR, CORTAR E CORTAR

A estratégia inicial apresentada por Haddad a Lula era de que o problema seria “facilmente solucionado” por meio da elevação das receitas com o objetivo de obtenção do sacrossanto equilíbrio primário. Ora, mas qualquer analista com um mínimo de experiência com o trato de tais questões sabia que a atual composição do Congresso Nacional não estaria disposta a oferecer ao governo do PT tamanha generosidade. O esmagamento diário capitaneado pelo povo do financismo, por meio de seus articulistas nos grandes meios de comunicação, promovia uma enorme campanha contra a tal da sanha arrecadadora do Estado brasileiro. Assim, o Plano A de Haddad (aumento de receitas) não vingou. Como ele havia se comprometido até a sua medula com a meta de equilíbrio primário, as diferentes alternativas para o Plano B (corte nas despesas) passariam a ser vazadas para a grande imprensa.

A intenção era sair testando a eventual aceitação de medidas impopulares, a exemplo da retirada dos pisos constitucionais para saúde e educação. Por outro lado, os responsáveis pela área econômica desenterraram propostas de conteúdo absurdamente reacionário, como a ideia de desindexar os benefícios previdenciários em relação ao valor fixado oficialmente para o salário mínimo. Depois de muito silêncio e hesitação por parte do Palácio do Planalto, finalmente tudo indica que tais sugestões típicas da direita monetarista foram abandonadas pelo atual governo. Sobrou para Haddad se sair com os conhecidos “gastos tributários” – eufemismo bastante utilizado na linguagem do financês para tratar de benefícios, isenções e desonerações tributárias. Ocorre que existe uma enorme resistência dos diferentes setores do capital em aceitar esse tipo de medida. Ou seja, voltamos à estaca zero na estratégia de zerar o déficit primário.

> ***Temos menos de seis meses para que sejam encerradas as contas de 2024. A teimosia em manter uma intenção inexequível, sem que seja promovida ainda mais compressão pelo lado das despesas de natureza social e de investimentos públicos, pode comprometer ainda mais a capacidade de Lula terminar bem seu mandato***

Porém, para não perder a disputa de narrativa e com o intuito de deixar reafirmado seu compromisso em atender aos pleitos da Faria Lima, Haddad segue espalhando aos quatro cantos que não há hipótese de o governo recuar no quesito. Uma das novidades mais recentes foi o seu compromisso de “passar um pente fino” nos cadastros da assistência social e dos benefícios do INSS. Sim, pois certamente [sic] esse tipo de desvio residual deve ser mesmo o principal responsável pela tal da “gastança irresponsável” que compromete a possibilidade de resultado positivo nas contas orçamentárias. Além de demagógico e oportunista, tal discurso é irresponsável em termos políticos e econômicos.

CORTES EM SAÚDE, EDUCAÇÃO, APOSENTADORIA. QUAL O PRÓXIMO ANÚNCIO?

A última novidade foi o vazamento de informação que o governo estaria disposto a implantar a cobrança de mensalidades nas universidades federais. Outra loucura! Mas felizmente o boato foi desmentido de forma oficial. No entanto, tendo em vista o arsenal que alguns (ir)responsáveis pelo governo haviam defendido até anteontem, quem leu a nova ameaça até achou que a medida estaria coerente com o espírito de austericídio tão em voga na área econômica da Esplanada. O que se espera, portanto, é que Lula reconheça de uma vez por todas que a estratégia de seu Ministro da Fazenda estava equivocada desde o início. O governo precisa, de forma urgente, anunciar seu recuo na meta de zerar o déficit primário.

Temos menos de seis meses para que sejam encerradas as contas de 2024. A teimosia em manter uma intenção inexequível, sem que seja promovida ainda mais compressão pelo lado das despesas de natureza social e de investimentos públicos, pode comprometer ainda mais a capacidade de Lula terminar bem seu mandato. A estratégia de Haddad é de mudar o foco do debate do momento atual para o futuro. Assim, propôs uma alteração na meta incialmente prevista para 2025. Ao perceber a impossibilidade de gerar superávit primário no ano que vem, tal como havia prometido, ele recua para igualmente a meta de “zerar o déficit” no próximo exercício.

Como foi metralhado pelos financistas por tal “derrapada irresponsável”, ele mesmo anuncia, de forma desnecessariamente antecipada, um corte de R$ 25 bi no orçamento do ano que vem. Na verdade, trata-se tão somente de palavras ao vento, de mais uma declaração de intenções, mas que pode custar muito, em termos políticos e de concessões ao fisiologismo no legislativo, ao governo no caso de haver a necessidade de um recuo lá frente. Aliás, exatamente como ocorreu quando Haddad se comprometeu de forma irresponsável com a atual meta de zerar o déficit no ano presente.

LULA PRECISA ASSUMIR O COMANDO DA POLÍTICA ECONÔMICA

A decisão de Lula de manter o apoio a todas estas medidas de natureza neoliberal e de inspiração austericida de seu Ministro da Fazenda tem feito muito mal ao Brasil e tem apresentado uma elevada fatura política e eleitoral ao governo. Já é passada a hora de o Presidente abandonar a imagem dos ensinamentos de economia que ele teria aprendido com Dona Lindu, sua falecida mãe. Ao contrário das famílias e dos indivíduos, o setor público não precisa – e nem deve – se guiar pela máxima difundida pelo financismo de que não se pode gastar mais do que arrecada, em termos estritos. O Estado conta com instrumentos de política econômica (capacidade de tributação, monopólio das operações cambiais, possibilidade de lançamento de títulos da dívida pública, operações com as reservas internacionais, etc) e com a soberania monetária, atributos esses de que não dispõem as pessoas, famílias ou empresas.

Manter de forma teimosa a meta de obter equilíbrio fiscal primário é um grande equívoco. Ainda mais pelo fato de ocultar de forma maldosa e maliciosa a existência de mais de R$ 770 bi pagos ao longo dos últimos 12 meses a título de despesas financeiras, como pagamento de juros da dívida pública. Lula precisa decidir e anunciar, de uma vez por todas, qual é a verdadeira prioridade de seu governo.

** Paulo Kliass é doutor em economia e membro da carreira de Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental do governo federal*